

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

Brasília - 1998

SUMÁRIO

[APRESENTAÇÃO](#)

ECONOMIA

[INFLAÇÃO](#)

- INFLAÇÃO MENSAL - Comparação com planos de estabilização anteriores
- ÍNDICE DE INFLAÇÃO - acumulado 12 meses
- CESTA BÁSICA x SALÁRIO MÍNIMO
- INFLAÇÃO x POBREZA

[CRESCIMENTO](#)

- PRODUTO INTERNO BRUTO - taxa média de crescimento ao ano
- PIB PER CAPITA - taxa média de crescimento
- PIB PER CAPITA - em US\$ 1,00
- PRODUÇÃO DE GRÃOS
- PRODUÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO (1994 a 1997)
- DESCENTRALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA
- FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (% do PIB)
- INVESTIMENTO E PRODUÇÃO
- TAXA DE JUROS - SELIC (% ao mês)

[INCENTIVOS À PRODUÇÃO](#)

- INCENTIVOS À PRODUÇÃO
- CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL - produção física por hora trabalhada
- PARTICIPAÇÃO % DOS BENS DE CAPITAL NA IMPORTAÇÃO
- EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS - variação acumulada em 12 meses
- PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES
- DESEMBOLSOS DO PROGRAMA FINAMEX/BNDES - EXIM NO APOIO ÀS EXPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL
- NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL (1)
- NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL (2)
- NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL (3)
- INCENTIVOS À AGRICULTURA (1)
- INCENTIVOS À AGRICULTURA (2)
- RESULTADOS DOS INCENTIVOS À AGRICULTURA

[DISTRIBUIÇÃO DE RENDA](#)

- PODER DE COMPRA DO SALÁRIO MÍNIMO (em % da cesta básica)
- RENDIMENTO MÉDIO NOMINAL DA POPULAÇÃO OCUPADA
- RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS
- VARIAÇÃO NO RENDIMENTO MÉDIO REAL (%)
- REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM SP E EM OUTRAS 5 REGIÕES METROPOLITANAS

EMPREGO

- TAXA DE DESEMPREGO URBANO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES - 1997
- TAXA DE DESEMPREGO URBANO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - 1997
- POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE
- EVOLUÇÃO DA TAXA DE SEMPREGO ABERTO (em %)
- PARTICIPAÇÃO (%) DA POPULAÇÃO OCUPADA COM IDADE INFERIOR A 17 ANOS
- A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO DESEMPREGO

CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA

- ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS - CONSUMO
- ELETRODOMÉSTICOS - NOVOS DOMICÍLIOS PARTICULARES ATENDIDOS
- CONSUMO NACIONAL DE CIMENTO
- LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS - SÃO PAULO
- INFRA-ESTRUTURA BÁSICA - NOVOS DOMICÍLIOS PARTICULARES ATENDIDOS
- ENERGIA ELÉTRICA - CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO
- DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA - BARRAGENS NO NORDESTE
- EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ADUTORAS NO NORDESTE
- DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA - PROJETO ÁGUA BOA DESSALINIZAÇÃO NO NORDESTE

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

- RESULTADOS ANUAIS DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO (1991/99)
- RESULTADOS AGREGADOS DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO
- PRIVATIZAÇÃO FEDERAL - 1991/97 - POR SETOR
- PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO - 1991/98

SETOR EXTERNO

- IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO (jan/94 a mai/98)
- EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL
- BALANÇA COMERCIAL (jan/94 a mai/98)
- IMPORTAÇÃO (% do PIB)
- INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS LÍQUIDOS
- RESERVAS INTERNACIONAIS

ÁREA SOCIAL - ALGUNS TEMAS

EDUCAÇÃO

- TODA CRIANÇA NA ESCOLA - SEMANA NACIONAL DE MATRÍCULA
- DINHEIRO NA ESCOLA - recursos transferidos
- MERENDA ESCOLAR - número de alunos atendidos
- MERENDA ESCOLAR - municípios atendidos de forma descentralizada
- MERENDA ESCOLAR - recursos aplicados
- EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - TV ESCOLA
- PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - nº de livros distribuídos
- ENSINO DE 2º GRAU - matrícula inicial
- ENSINO DE 2º GRAU - nº de concluintes

SAÚDE

- ÍNDICE DE MORTALIDADE DE CRIANÇAS MENORES DE 1 ANO ACOMPANHADAS PELA PASTORAL DA CRIANÇA
- AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - nº de agentes

- AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - municípios atendidos
- PROPORÇÃO DE GESTANTES COM ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL EM ÁREAS COBERTAS PELO PACS - Nordeste 1994/97
- ORÇAMENTO TOTAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

PREVIDÊNCIA SOCIAL

- BENEFÍCIOS RURAIS
- EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
- EVOLUÇÃO DO Nº DE IDOSOS E DEFICIENTES FAVORECIDOS COM BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

REFORMA AGRÁRIA

- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS PELO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social

Apoio Institucional
Ministério da Fazenda
Secretaria de Política Econômica
Banco Central do Brasil
Ministério do Planejamento e Orçamento
Ministério da Educação e do Desporto
Ministério da Saúde
Ministério do Trabalho
Ministério da Previdência e Assistência Social
Secretaria de Assistência Social

[SECOM](#)

[Publicações](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

INFLAÇÃO



Antes do Plano Real

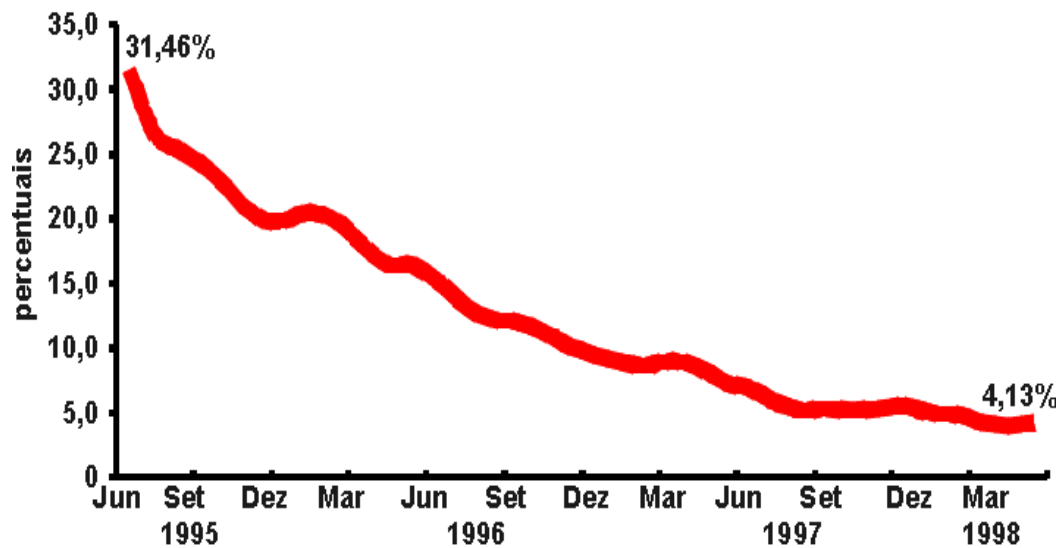
A inflação Fipe acumulada nos **quatro anos** que antecederam o Plano Real foi em torno de 3.500.000%.

Nos **12 meses** anteriores à implantação do Real, a inflação registrada pela FIPE alcançou 5.200%.

Depois do Plano Real

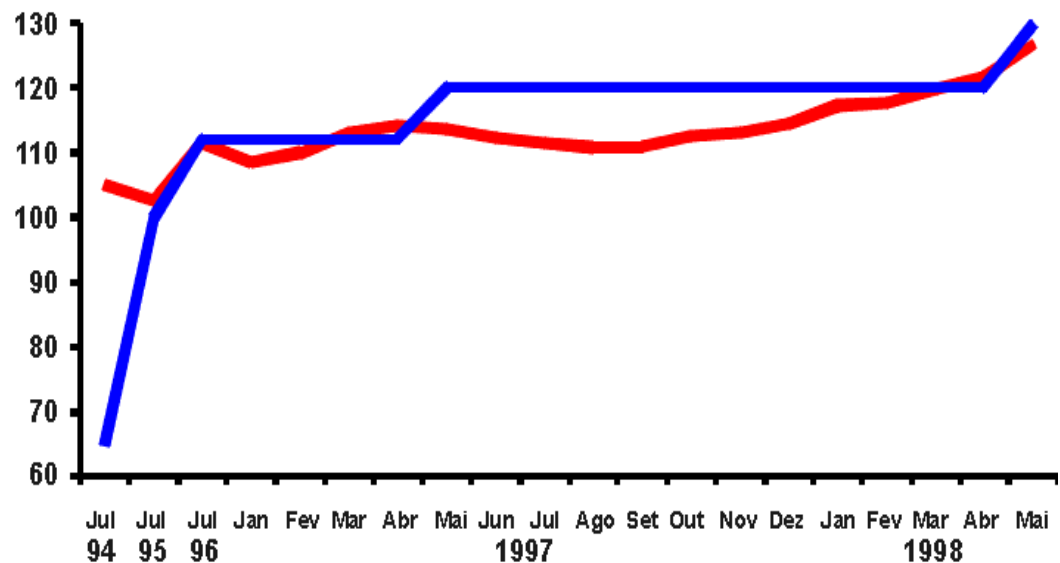
Nos **12 meses encerrados em maio de 1998**, os preços apresentaram uma variação de apenas 3,12%, **a menor taxa verificada pela FIPE desde novembro de 1949**.

ÍNDICE DE INFLAÇÃO* acumulado 12 meses



*Média Geométrica do INPC, IGP-DI e IPC-FIPE
Fonte: BACEN

CESTA BÁSICA x SALÁRIO MÍNIMO (em R\$)

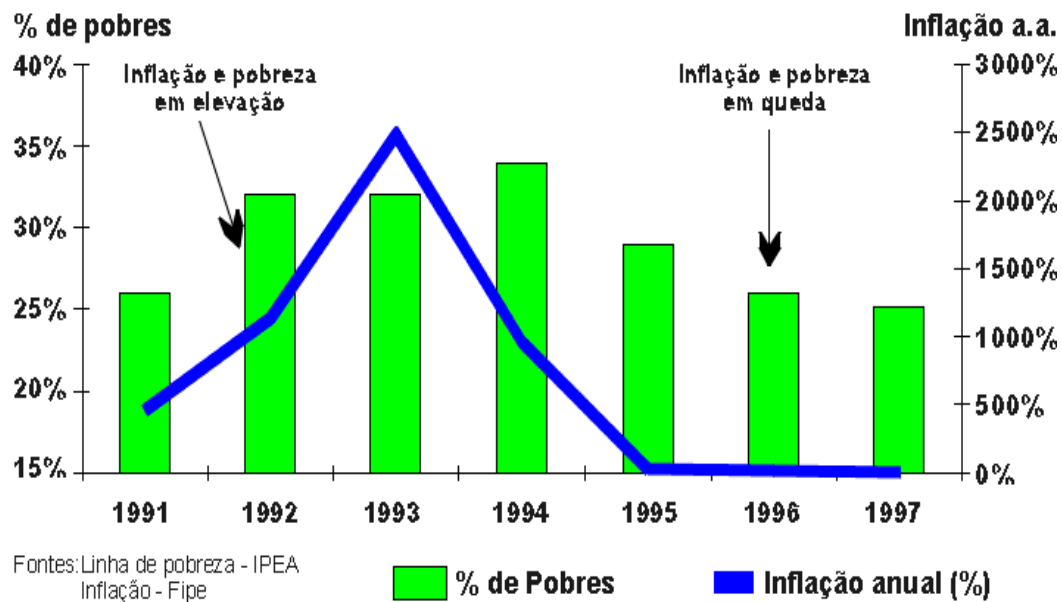


Fonte: PROCON/DIEESE

■ Cesta Básica

■ Salário mínimo

INFLAÇÃO X POBREZA



A busca da estabilidade é uma das ações mais relevantes no combate à pobreza e à concentração de renda.

O gráfico mostra com clareza que a queda da inflação é acompanhada da queda do percentual de pobres.

Obs: Linha Baixa de Pobreza: corresponde à percepção de R\$ 45,00 mensais de renda "per capita" (a preços de maio de 1996). Os dados anuais correspondem à média de junho do ano anterior até maio do ano correspondente (12 meses).

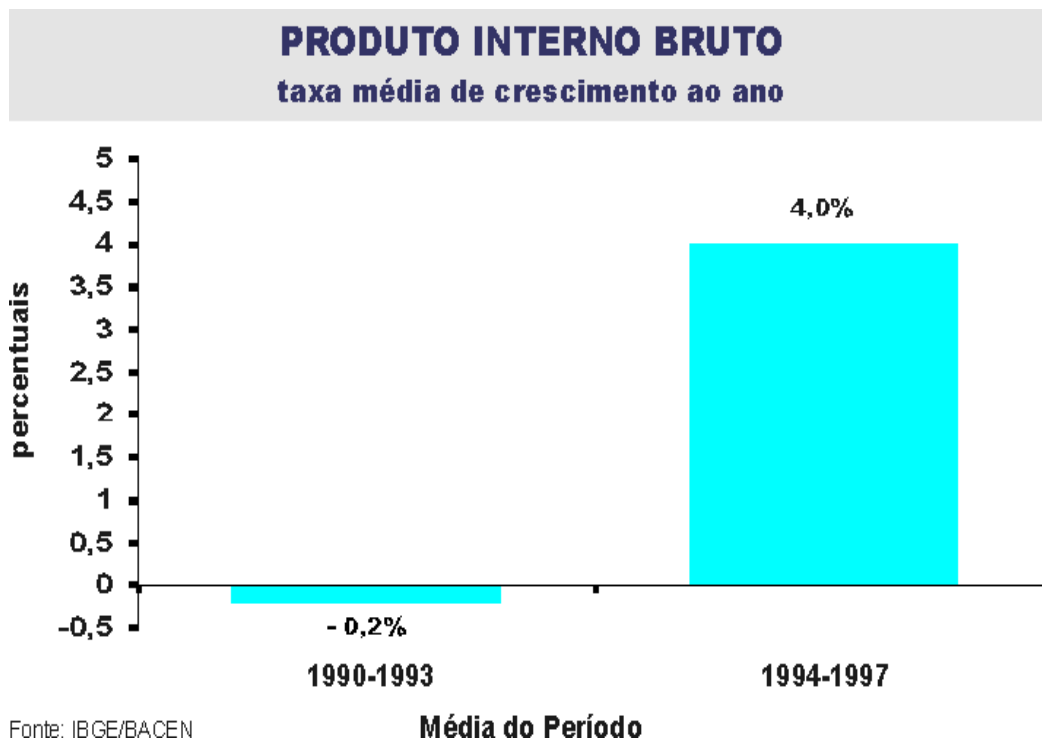
[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Crescimento](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

CRESCIMENTO



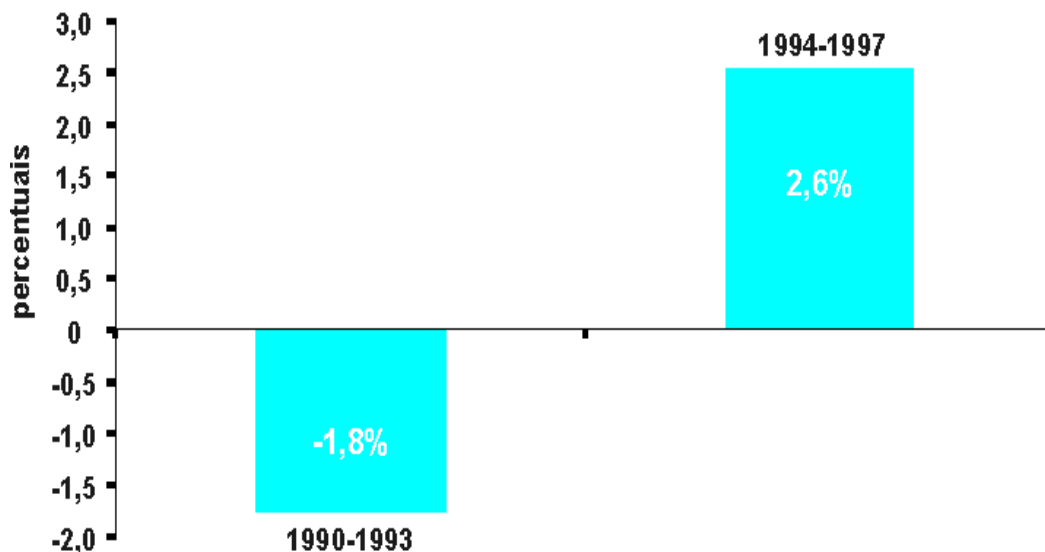
O Produto Interno Bruto cresceu 17% entre 1994 e 1997, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 4%. Em contraste, nos quatro anos que antecederam o Real, o crescimento médio do PIB foi negativo em 0,2%.

Levando em consideração 1998, serão 6 anos consecutivos de crescimento do PIB, fato que não era observado desde o final da década de 70.

Entre 1990 e 1993, o crescimento negativo do PIB foi formado por dois anos de taxas positivas de crescimento (1991 e 1993) e outros dois anos de recessão (1990 e 1992), o que reflete o padrão de "gangorra" que foi a regra na década de 80 e no início da década de 90.

PIB REAL PER CAPITA

taxa média de crescimento



Fonte: IBGE/Bacen

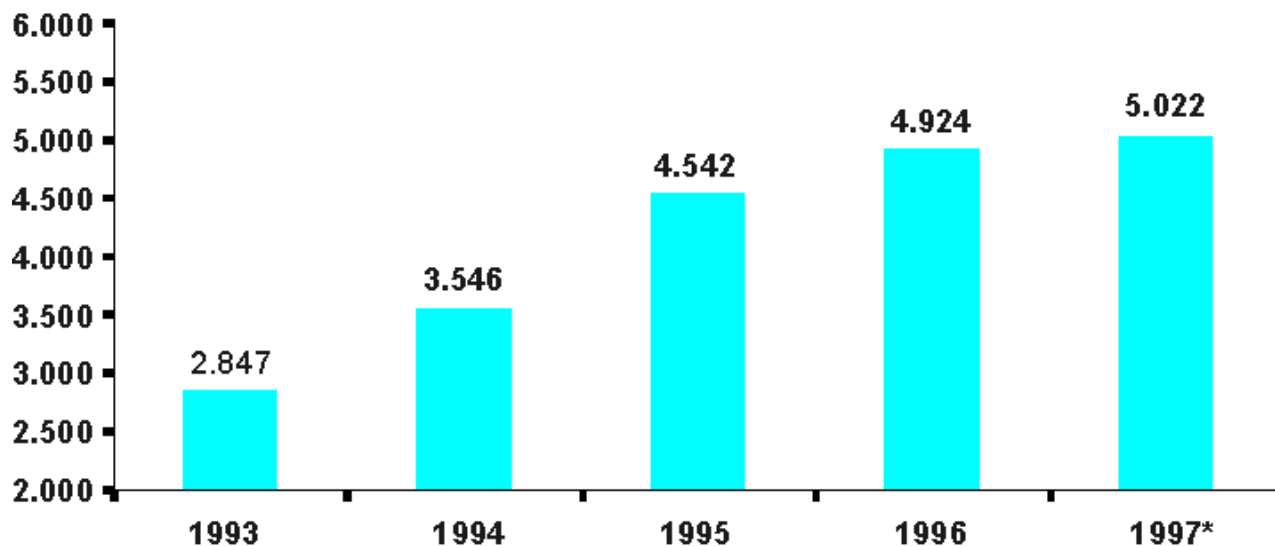
Média do Período

No período de 1994 a 1997, o PIB real per capita cresceu a uma taxa média de 2,6% ao ano, ultrapassando em 1997 o patamar dos US\$ 5.000 por habitante.

De acordo com o IBGE, o rendimento médio nominal dos trabalhadores cresceu significativamente em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, com destaque para as capitais do Nordeste, onde os ganhos relativos superaram a média nacional.

PIB PER CAPITA

(em US\$ 1,00)



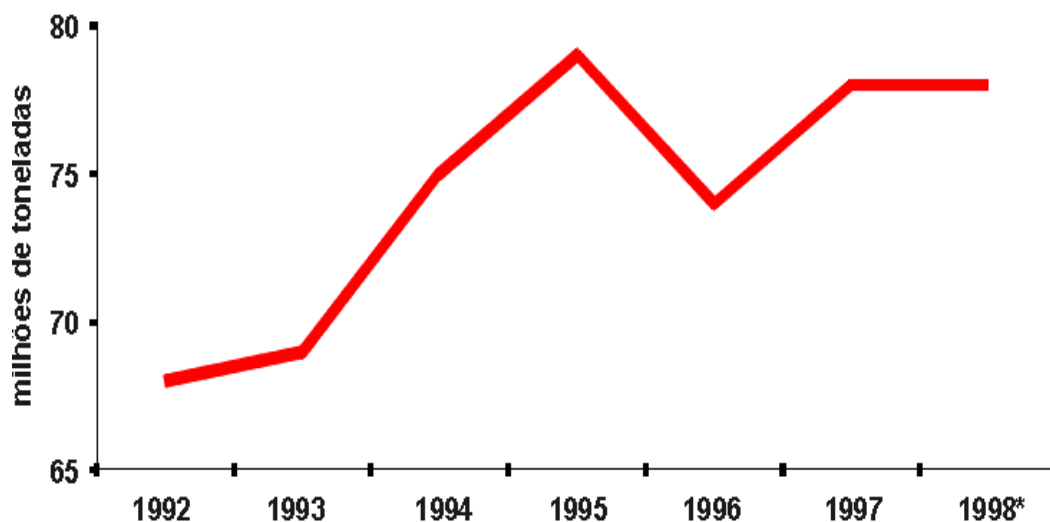
*Estimado

Fonte: IBGE/Bacen

Média do Período

O PIB per capita ultrapassou a marca de US\$ 5.000 no ano de 1997.

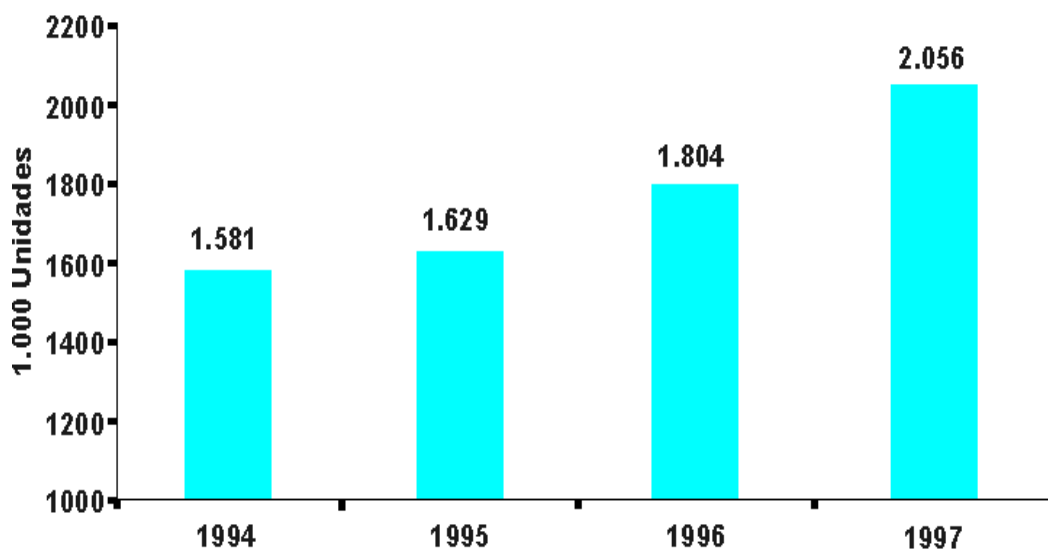
PRODUÇÃO DE GRÃOS



(*) Estimativa do IBGE
Fonte: IBGE

PRODUÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO

1994 a 1997

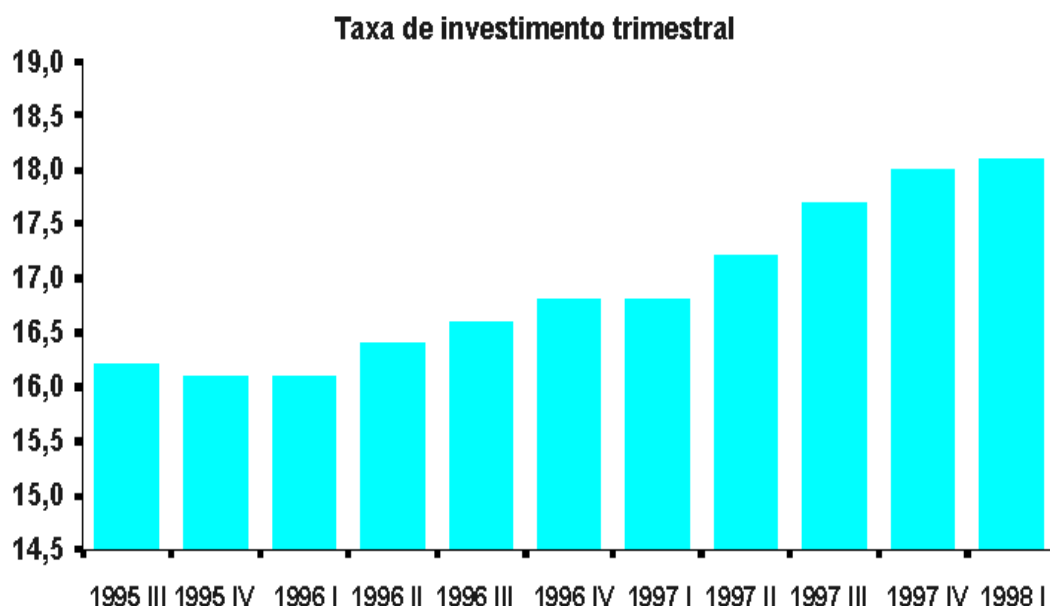


Fonte: ANFAVEA e MICT

DESCENTRALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA AUTOMOTIVA

FORD	Rio Grande do Sul
GM	Rio Grande do Sul
AUDI (Volkswagem)	Paraná
VOLKSWAGEM (caminhões)	Rio de Janeiro
MERCEDES BENZ	Minas Gerais
PEUGEOT	Rio de Janeiro
RENAULT	Paraná
CHRYSLER	Paraná
HONDA	Sumaré/ São Paulo

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (% PIB)



INVESTIMENTO E PRODUÇÃO

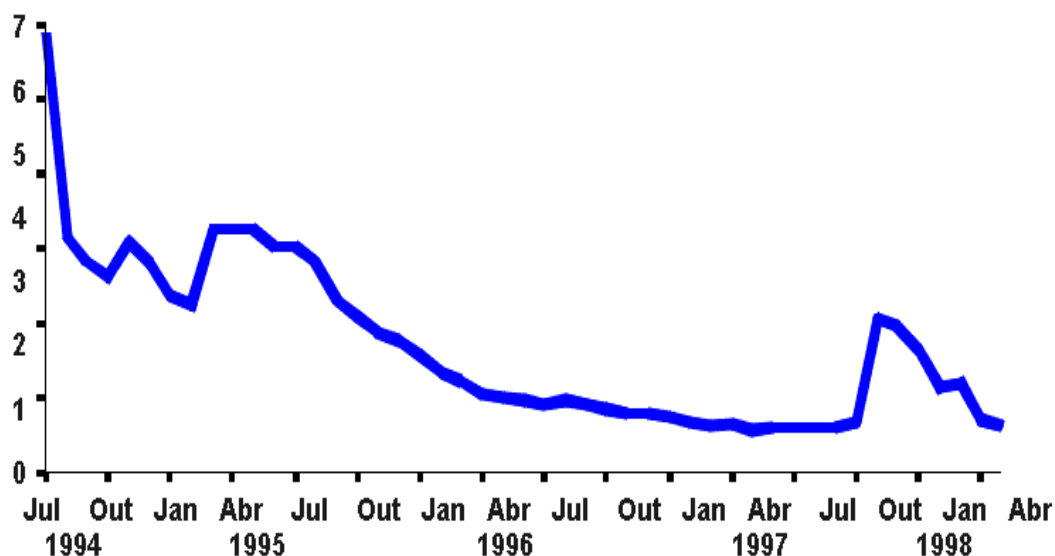
A indústria mecânica opera a alta capacidade, alcançando os níveis mais altos desde o primeiro trimestre de 1987.

Bens de capital para construção, energia elétrica e de uso misto, cresceram, nestes 4 anos, 49%, 17% e 9%, respectivamente (até março).

Os investimentos estrangeiros diretos aumentaram de US\$2,2 bilhões, em 94, para US\$ 17 bilhões, nos 12 meses terminados em abril de 1998.

A expectativa é de US\$ 20 bilhões em investimentos diretos no final de 1998, ou seja, 10 vezes o valor de 94.

TAXA DE JUROS - SELIC (% ao mês)



Depois de sua elevação em novembro, para fazer frente à crise da Ásia, as taxas de juros prosseguem sua trajetória declinante contribuindo, assim, para promover o crescimento e a redução do déficit fiscal.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

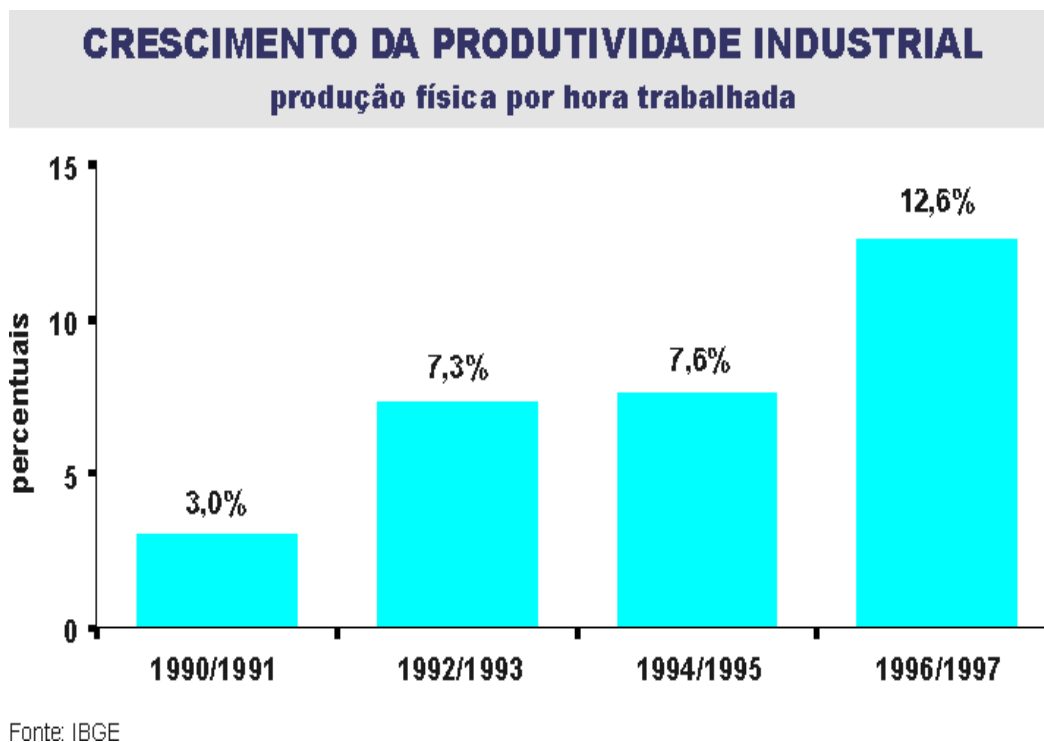
[Incentivos à produção](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

INCENTIVOS À PRODUÇÃO

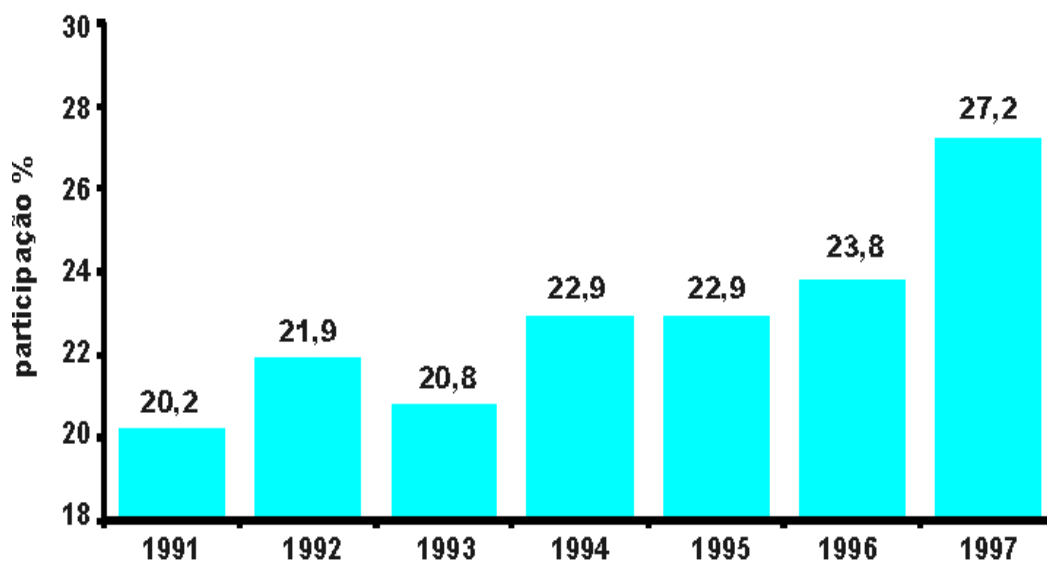
Incentivos à Produção

- Promoção de Competitividade
- Modernização Empresarial e Produtiva
- Redução do Custo Brasil
- Criação de Ambiente Institucional Favorável
- Estímulo à Educação e Qualificação do Trabalhador
- Nova Política Agrícola



No período 1994/97 houve aumentos salariais sem pressões inflacionárias. Isto se explica, em parte, pelo incremento da produtividade industrial, da ordem de 10,1% em média naquele período.

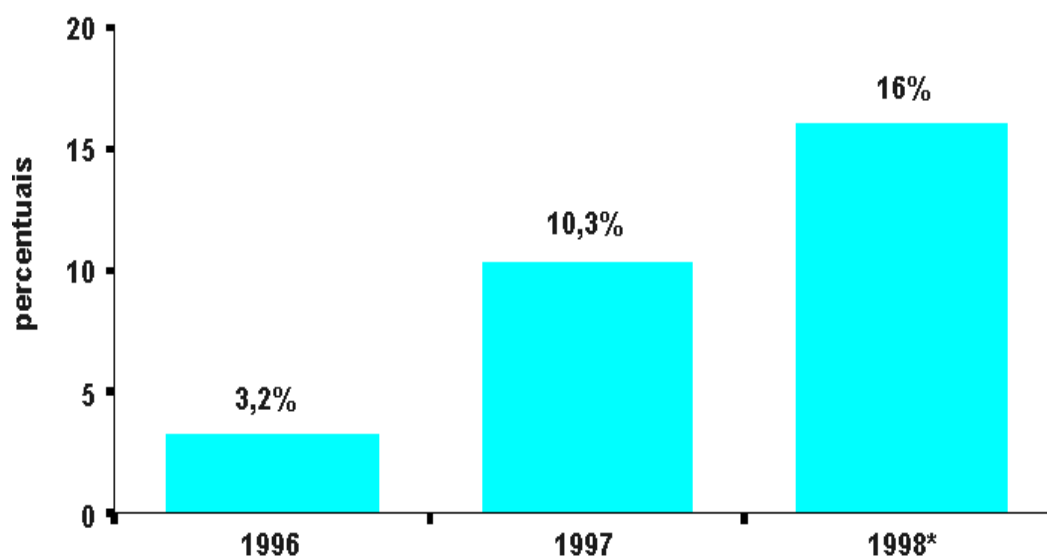
PARTICIPAÇÃO % DOS BENS DE CAPITAL NA IMPORTAÇÃO



Fonte: Bacen

O aumento da participação dos bens de capital nas importações indica que o sistema econômico está se modernizando, o que é consistente com os dados sobre o crescimento da produtividade, das exportações totais e, principalmente, das exportações de produtos manufaturados a partir de 1997.

EXPORTAÇÃO DE MANUFATURADOS variação acumulada em 12 meses



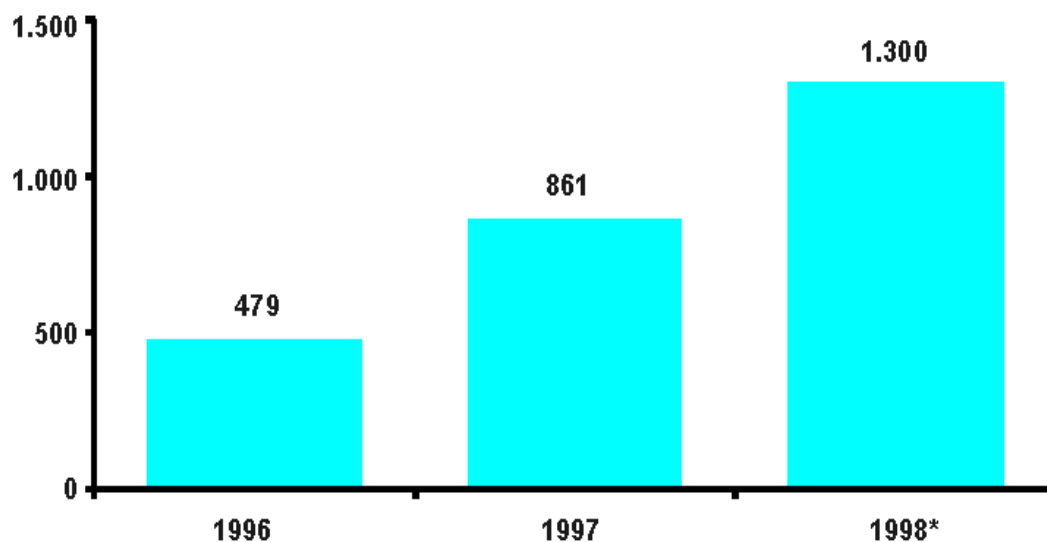
* Até abril/98

Fonte: MICT-SECEX

O expressivo incremento das vendas externas de produtos manufaturados, especialmente a partir de junho/97, indica que a reestruturação gerencial e produtiva da economia começa a colher os primeiros frutos.

PROEX - PROGRAMA DE FINANCIAMENTO ÀS EXPORTAÇÕES*

dotações orçamentárias - US\$ milhões



* Inclui modalidade "Equalização de taxas de juros"
Fonte: Banco do Brasil

O PROEX procura, através de financiamentos diretos aos exportadores e pagamentos de equalização de taxas de juros, oferecer ao exportador nacional as mesmas condições de financiamentos obtidas pelos nossos concorrentes.

 wpe37.gif (11208 bytes)

Os desembolsos em operações pré e pós-embarque do programa FINAMEX, agora chamado BNDES-EXIM, no apoio às vendas externas de bens de capital, tiveram um aumento de quase oito vezes em quatro anos.

NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL

Adoção da TJLP, trazendo os custos dos empréstimos do BNDES para um patamar próximo àquele que vigora no mercado internacional, reduzindo drasticamente o custo do investimento no País.

Apoio à reestruturação dos setores mais afetados pela abertura comercial, como têxtil, calçados e autopeças.

Apoio às Exportações de Manufaturados (BNDES Exim) operando com praticamente todos os setores

exportadores através de linhas de financiamento competitivas internacionalmente.

Programa de Novos Pólos de Exportação (PNPE) - implantado em 14 Estados, esse programa procura promover a interiorização do comércio exterior brasileiro.

Programa de Financiamento às Exportações (PROEX) - apoia a exportação de bens ou serviços nacionais com recursos do Tesouro Nacional através de duas modalidades: a) financiamento direto aos exportadores (PROEX-financeiro); e b) pagamento de equalização de taxas de juros (PROEX-equalização).

Apoio à Pequena e Média Empresa – programa criado com o objetivo de facilitar o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte ao crédito de médio e longo prazos (através do FINAME).

Fundo de Aval (destinado às Pequenas e Médias Empresas) - visa também à dinamização do acesso ao crédito, em especial, para as empresas exportadoras.

INCENTIVOS À AGRICULTURA

O Governo adotou um conjunto de medidas, tais como:

a) promoção do saneamento financeiro do setor rural, mediante a securitização das dívidas dos agricultores, com taxa de juros equivalente à variação do preço mínimo + 3% aa., envolvendo recursos da ordem de R\$ 7 bilhões e beneficiando cerca de 300 mil agricultores;

b) redução do "custo Brasil", destacando-se i) o fim da TR como indexador do crédito rural, que passou a ter juros pré-fixados e ii) a desgravação do ICMS nas exportações de origem rural, o que possibilitou ampliar o saldo da balança comercial agrícola em US\$ 2,7 bilhões em 1997;

c) criação de novos instrumentos reguladores (Prêmio de Escoamento de Produto - PEP e Empréstimos do Governo Federal -EGF/Indústria), que dotaram a agricultura dos necessários mecanismos de proteção, melhorando a eficiência e reduzindo custos para o Tesouro Nacional;

d) prioridade à pequena propriedade, geradora de renda e emprego no campo, com a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF (foram aplicados R\$ 2,4 bilhões no período 1995/97, beneficiando 500 mil agricultores de base familiar em 1997) e ênfase na reforma agrária (assentamento de 186 mil famílias entre 1995 e 1997). Em 1998 deverão ser assentadas mais 100 mil famílias. O total de famílias assentadas no período 1995/98 terá sido de quase 300 mil, o que superará em quase 100 mil o total de assentados em todos os anos anteriores;

e) elaboração do plano de safra em tempo recorde (meados de junho), possibilitando aos agricultores planejar melhor suas decisões de plantio. Os recursos foram ampliados para R\$ 11 bilhões na safra 1998/99, contra R\$ 7,3 bilhões da safra anterior, com taxa de juros pré-fixada em 8,75% aa (5,75 no caso do PRONAF), o que significa a menor taxa cobrada dos agricultores desde a década de setenta.

RESULTADOS DOS INCENTIVOS À AGRICULTURA

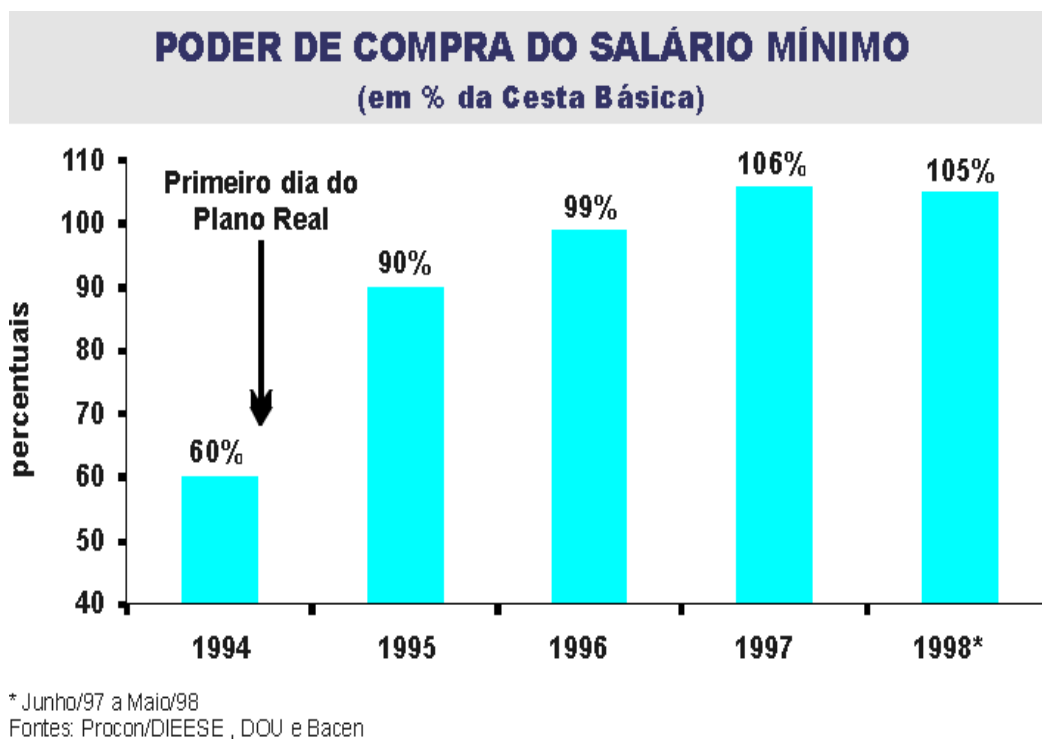
A produção agrícola mudou de patamar desde o Real:

a) No período 1991/94, a produção de grãos foi de 67 milhões de toneladas, em média. Evoluiu para 77 milhões nos últimos quatro anos de vigência do Real (1995/98);

b) o saldo da Balança Comercial Agrícola atingiu cerca de US\$ 11,2 bilhões em 1997 (em 1994: US\$ 8,7 bilhões; em 1995: US\$ 8,3 e em 1996: US\$ 8,5 bilhões).

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA



O Salário Mínimo Nominal dobrou durante o Plano Real.

No primeiro dia do Plano Real, um Salário Mínimo comprava apenas 60% de uma cesta básica. No ano de 1995, este poder de compra do salário elevou-se em 50%, passando a adquirir 90% de uma cesta básica. Hoje, com um Salário Mínimo pode-se comprar uma cesta básica e ainda sobra dinheiro.

RENDIMENTO MÉDIO NOMINAL DA POPULAÇÃO OCUPADA (em R\$ 1,00)			
	Jun/94	Mar/98	Mar-98/ Jun-94 em %
Belo Horizonte	258,4	571,34	121,1%
Porto Alegre	315,2	646,42	105,1%
Recife	170,2	410,18	141,0%
Rio de Janeiro	252,5	610,69	141,9%
Salvador	171,6	413,05	140,7%
São Paulo	384,3	853,18	122,0%

Fonte: IBGE/PME

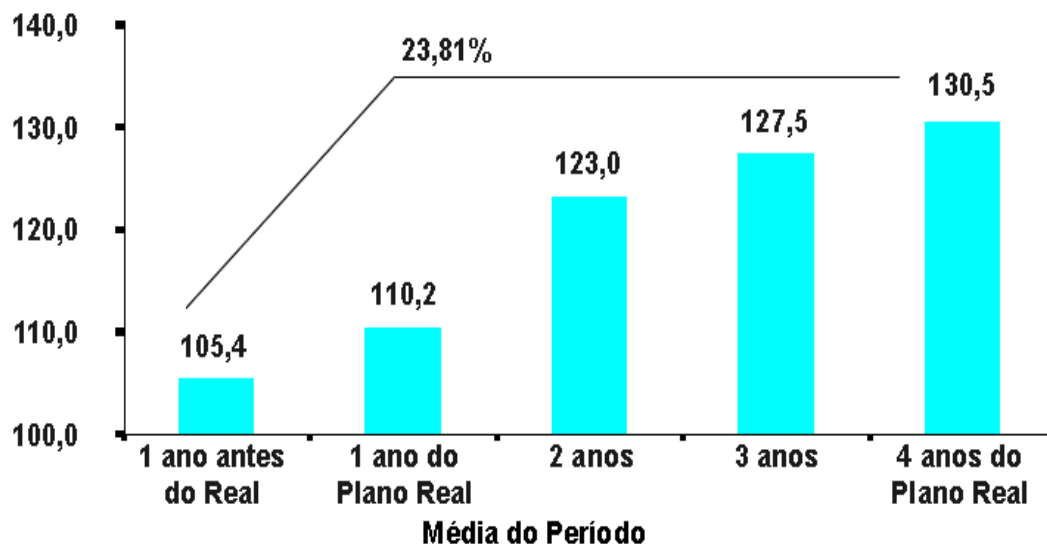
Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife

O rendimento médio nominal das pessoas ocupadas em todas as regiões metropolitanas do país mais que dobrou desde a implantação do Plano Real.

Obs: O último dado do IBGE disponível sobre Rendimento é de março de 1998.

RENDIMENTO MÉDIO REAL DAS PESSOAS OCUPADAS

Regiões Metropolitanas

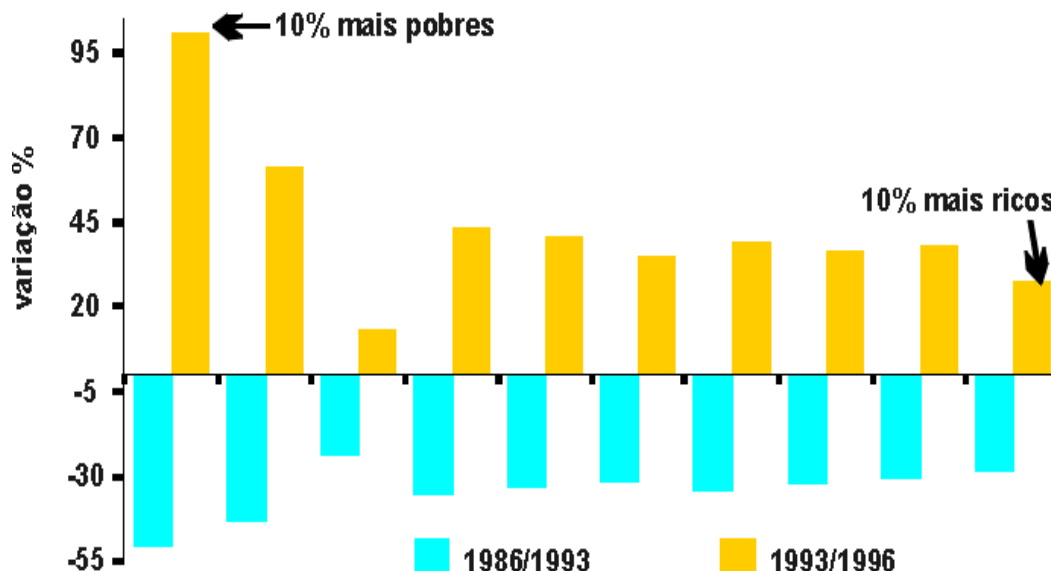


Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife
Fonte: IBGE/PME

O rendimento médio real dos trabalhadores cresceu quase 24% desde a implantação do Plano Real.

Obs: Índices médios de 12 meses terminados em junho de cada ano. No quarto ano, utilizou-se a média 12 meses terminada em março/98.

VARIAÇÃO NO RENDIMENTO MÉDIO REAL (percentuais)



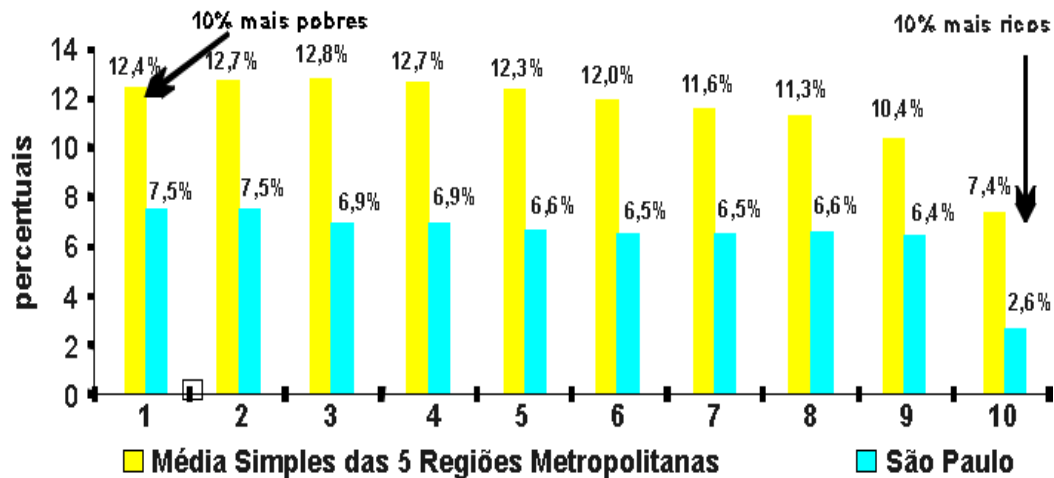
Fonte: PNADs, IBGE

No período que antecedeu o Plano Real (1986/93) - em azul - todos os segmentos de renda da população sofreram perda de renda real. Estas perdas foram mais acentuadas no segmento mais pobre do que no mais rico.

No período 1993/96 - em amarelo - todos os estratos da sociedade aumentaram suas rendas, mas o rendimento dos segmentos mais pobres cresceu mais que o dos mais ricos. Em síntese, antes do Real, tínhamos uma combinação de inflação, crescimento baixo e concentração de renda. Depois do Real houve crescimento com distribuição de renda.

REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM SÃO PAULO E EM OUTRAS CINCO REGIÕES METROPOLITANAS (*) - 1994/97

Taxa de variação da renda per capita média anual nas Regiões Metropolitanas



* RJ, SP, BH, POA, SA e RE.

Fonte: IBGE/IPEA

Além de uma distribuição de renda entre os estratos sociais, ocorreu também, entre 1994 e 1997, uma desconcentração espacial da renda. Depois do Real, todas as regiões metropolitanas tiveram expressivo aumento da renda per capita. Mas a média das 5 regiões metropolitanas (fora São Paulo) é sempre superior à de São Paulo em qualquer das 10 faixas de renda.

[Publicações](#)

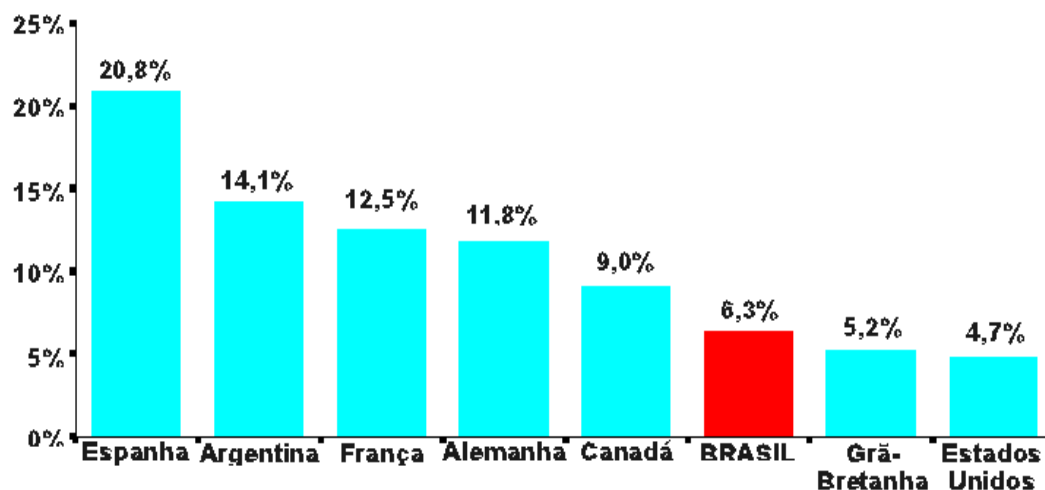
[Sumário](#)

[Emprego](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

EMPREGO

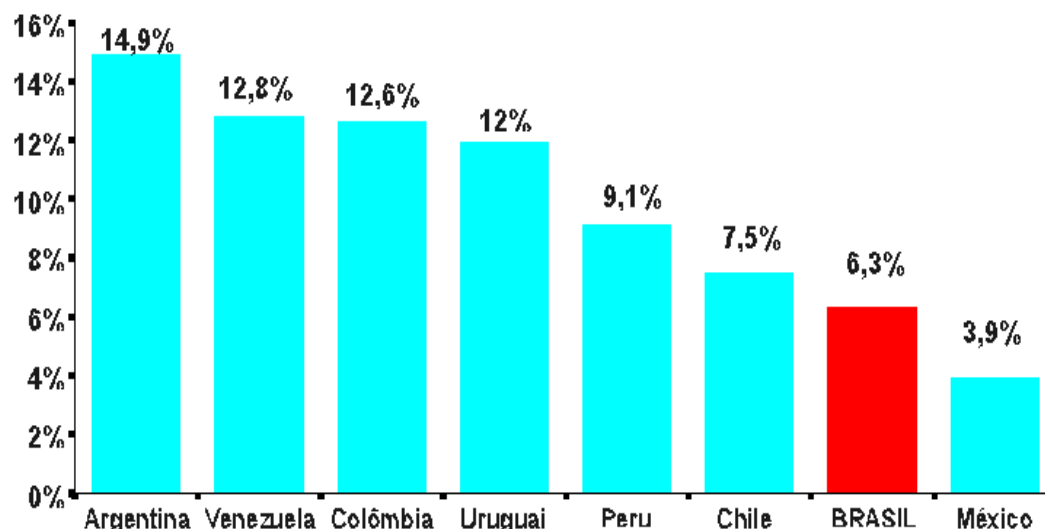
TAXA DE DESEMPREGO URBANO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES 1997



Fontes: OCDE/The Economist, nov/97. Brasemb/Buenos Aires, dez/97
IPEA, 1997

O Brasil continua a ter uma das menores taxas de desemprego urbano, em comparação com os países da OCDE e a Argentina.

TAXA DE DESEMPREGO URBANO COMPARATIVO COM OUTROS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - 1997



Fonte: CEPAL

Em comparação com 8 países da América do Sul e o México, o Brasil apresenta a segunda menor taxa de desemprego em 1997.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SETOR DE ATIVIDADE
Regiões Metropolitanas - (Abril 94/98)

Incremento Observado no Plano Real

Indústria de Transformação	-8,5%
Construção Civil	3,1%
Comércio	6,0%
Serviços	15,5%
Outros	-3,5%
Média Geral	6,9%

Fonte: IBGE/PME

Regiões Metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife

De 1994 a 1998, a população ocupada nas seis principais regiões metropolitanas aumentou em quase 7%.

A redução do emprego na indústria de transformação foi compensada pela criação de postos de trabalho nos demais setores, especialmente nos de serviços e de comércio.

BRASIL EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO ABERTO (em %)	
ANO	TAXA
1992	5,76
1993	5,31
1994	5,06
1995	4,64
1996	5,42
1997	5,70
1998*	6,36

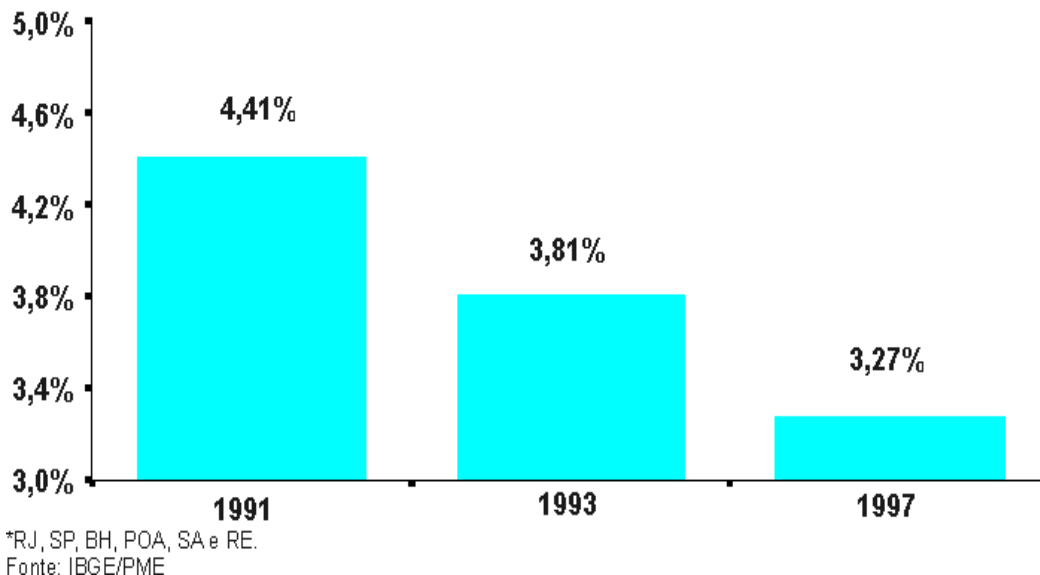
Fonte: IBGE/PNAD

Obs.: média 12 meses até abril

A taxa de desemprego urbano aumentou nos primeiros meses de 1998, tendo alcançado 8,18% em março.

A taxa de desemprego apresentou ligeira queda em abril, passando para 7,94%. Foi a primeira redução desde dezembro do ano passado.

PARTICIPAÇÃO (%) NA POPULAÇÃO OCUPADA DE JOVENS COM IDADE INFERIOR A 17 ANOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS*

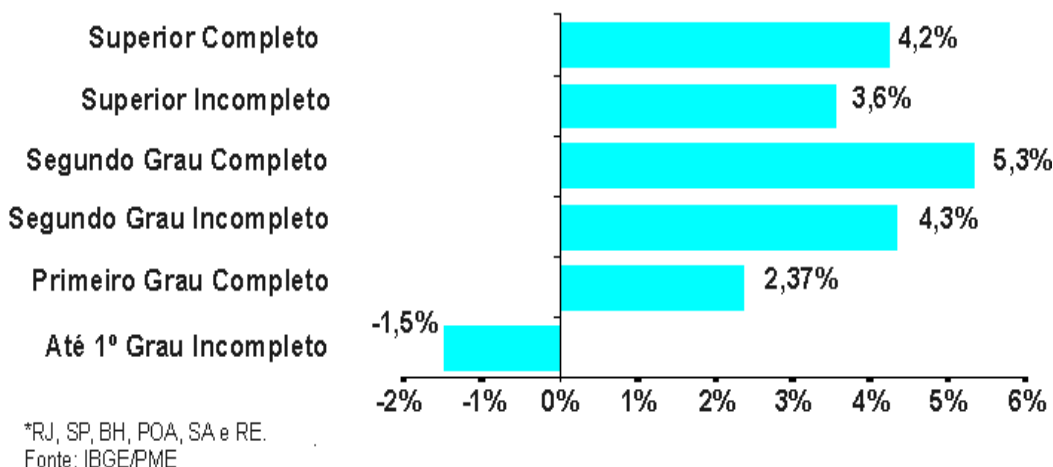


Desde o início da década vem diminuindo a participação de jovens menores de 17 anos na população ocupada das seis principais regiões metropolitanas do país. Esta tendência, em princípio, pode ser explicada por dois fatores:

- a - as próprias empresas que ofertam postos de trabalho estão exigindo nível mais elevado de escolaridade; e
- b - o próprio jovem, ciente da necessidade de se preparar para competir no mercado de trabalho, busca o curso superior.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NO COMBATE AO DESEMPREGO

Oferta de Postos de Trabalho
(1991 / 1997 - Crescimento Médio Anual)
Regiões Metropolitanas*



Vem ocorrendo uma retração dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores sem o 1º grau completo. Para todas as demais categorias, ou seja, as que possuem pelo menos o 1º grau completo, houve ampliação da oferta de postos de trabalho.

Em função dessas mudanças, os trabalhadores sem o 1º grau completo, que compunham, em 1991, cerca de 52,6% da população ocupada, tiveram sua participação diminuída, em 1997, para 44,28%. Nesta mesma base de comparação, a participação de trabalhadores com 2º grau completo passou de 16,1% para 20,25%. Os postos de trabalho ocupados por profissionais com nível superior completo, em percentagem da população ocupada total,

passou de 10,25% para 12,11%.

[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Consumo e Qualidade de
Vida](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

CONSUMO E QUALIDADE DE VIDA

ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS - CONSUMO Variação% - de 1994 a 1997	
Alimentos industrializados	Var %
Frango	39,9
Carne bovina	27,1
Carne suína	26,1
Iogurte	85,9
Queijos	51,8
Cerveja	56,8
Refrigerantes	71,5
Biscoitos	42,6

Fonte: Abia

Produtos que antes eram consumidos somente pelas classes média e alta hoje estão acessíveis às camadas inferiores. Por exemplo os biscoitos, iogurtes e queijo.

Com a elevação da renda e a manutenção do poder de compra, o trabalhador chega a substituir produtos populares, como carne de segunda, por outros tipos de carnes. O próprio consumo de carne bovina cresceu cerca de 27% nos últimos quatro anos, ou seja, um crescimento médio de 6% ao ano.

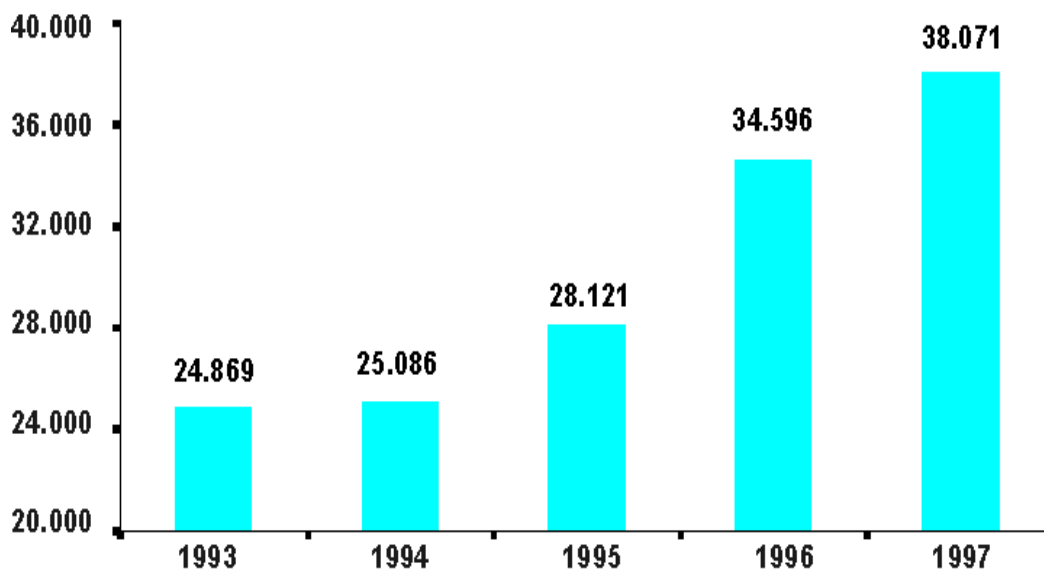
ELETRODOMÉSTICOS NOVOS DOMÍNIOS ATENDIDOS			
Eletrodomésticos	Total de Domicílios Atendidos		Novos Domicílios Atendidos
	Antes do Plano Real (1993)	Depois do Plano Real (1996)	
Fogão	95,5%	96,6%	3.125.443
Rádio	85,1%	90,4%	4.472.470
Televisão	75,8%	84,3%	5.518.731
Televisão em cores	50,2%	69,2%	8.968.204
Geladeira	71,7%	78,2%	4.591.321
Freezer	12,9%	18,0%	2.372.124
Máquina de Lavar Roupa	24,3%	30,4%	3.114.936

Fonte: IBGE/PNAD

Houve aumento significativo de bens eletrodomésticos nos domicílios brasileiros. Mais de 4,5 milhões de domicílios passaram a ter geladeiras.

O número mais expressivo, no entanto, é o de televisores em cores. Desde o Real foram vendidos mais de 10 milhões de aparelhos, por causa do aumento do poder aquisitivo da população e da substancial redução do preço, em parte devido à concorrência externa.

CONSUMO NACIONAL DE CIMENTO em 1.000 toneladas



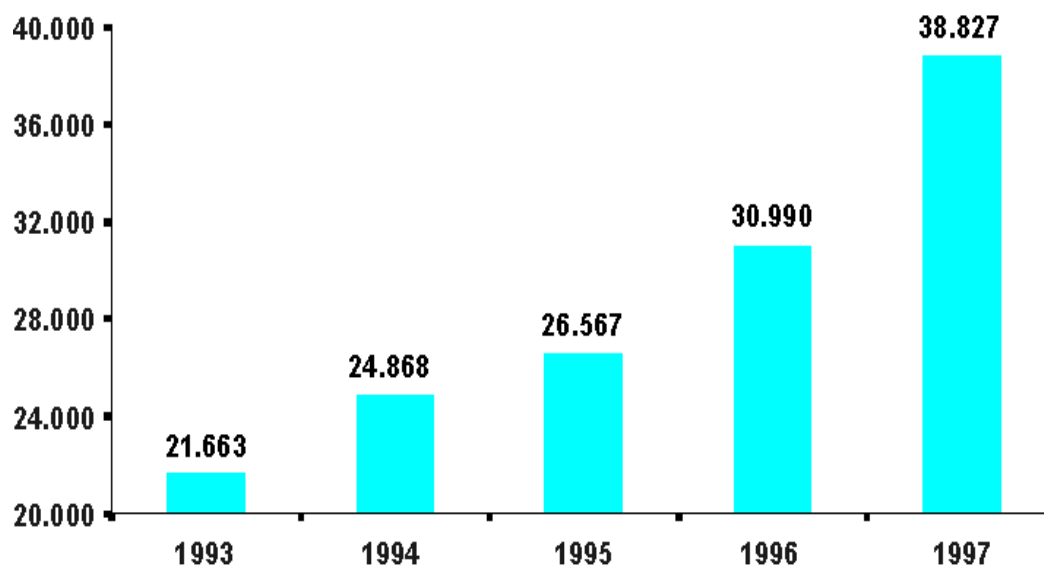
Fonte: Sinduscon/SP

Desde o Real, as vendas de cimento apresentaram um incremento de 52%, ou seja, um crescimento médio de 11,22% ao ano durante 1994 e 1997. Este crescimento reflete, em boa medida, o fenômeno da auto-construção.

No início do Plano Real, um salário mínimo comprava apenas 12,4 sacos de cimento. Hoje, um salário mínimo compra 20 sacos de cimento.

Houve um aumento expressivo, na produção de material de construção: 29% nos 4 anos de Real.

LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS Município de São Paulo



Fonte: Sinduscon/SP

De 1993 a 1997, os lançamentos imobiliários na cidade de São Paulo cresceram 79%.

Paralelamente à auto-construção, o número de novos lançamentos de imóveis na capital paulista cresceu a uma média de 16% ao ano entre 1994 e 1997 – o que implica em um crescimento significativo na oferta de novas moradias, ajudando, inclusive, a pressionar para baixo os preços dos aluguéis.

NOVOS DOMICÍLIOS PARTICULARES ATENDIDOS

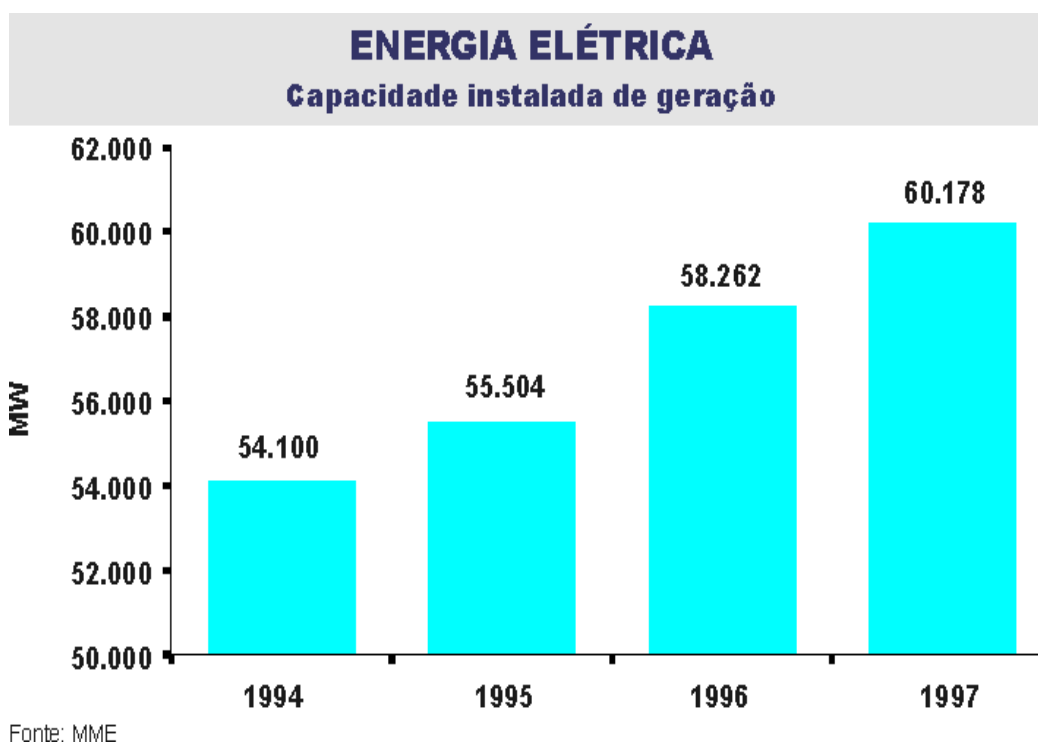
Infra-Estrutura Básica	Total de Domicílios Atendidos		Novos Domicílios Atendidos
	Antes do Plano Real (1993)	Depois do Plano Real (1996*)	
Abastecimento de Água (rede geral)	75,0%	77,6%	3.139.141
Esgotamento Sanitário (rede coletora)	38,9%	40,3%	1.646.408
Lixo Coletado Diretamente	64,4%	73,2%	5.266.583
Iluminação Elétrica	90,0%	92,9%	3.655.646
Telefone	19,8%	25,4	2.796.133

* Último dado disponível
Fonte: IBGE/PNAD

A estabilização promovida pelo Plano Real possibilitou que o Governo investisse mais no Social. Houve um incremento significativo do percentual de novos domicílios particulares atendidos por serviços de infra-estrutura básica.

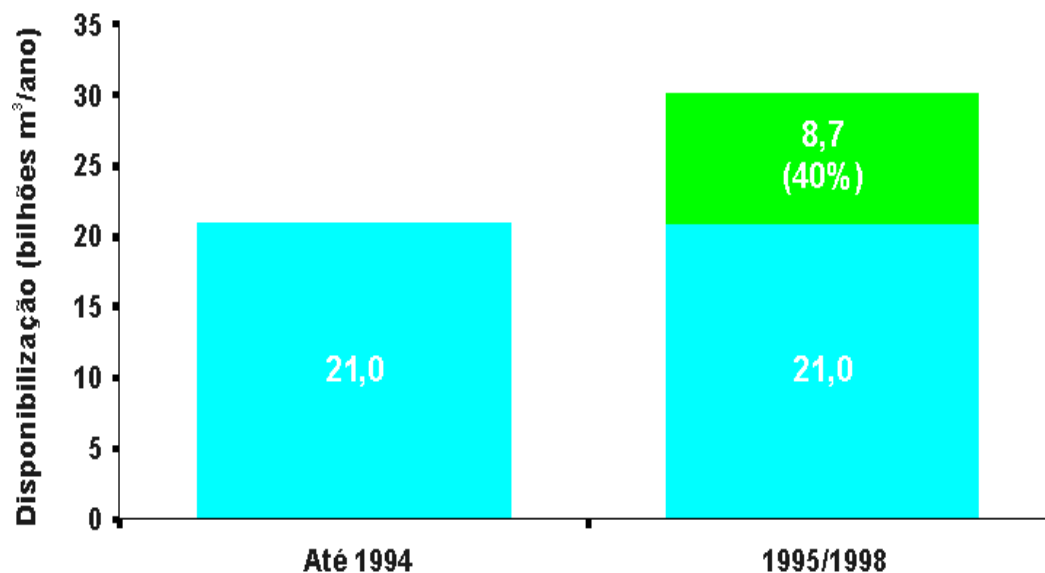
Entre os anos de 1993 e 1996, ocorreram melhorias significativas na qualidade dos domicílios brasileiros. Mais de três milhões de novos domicílios foram atendidos com abastecimento de água; mais de um milhão e seiscentos mil passaram a contar com esgotamento sanitário e, mais de três milhões e meio de novos domicílios passaram a contar com eletricidade.

Cinco milhões de domicílios estão contando, após o Plano Real, com a coleta de lixo e dois milhões e oitocentas mil famílias foram beneficiadas, até 1996, com a instalação novas de linhas telefônicas.



DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA

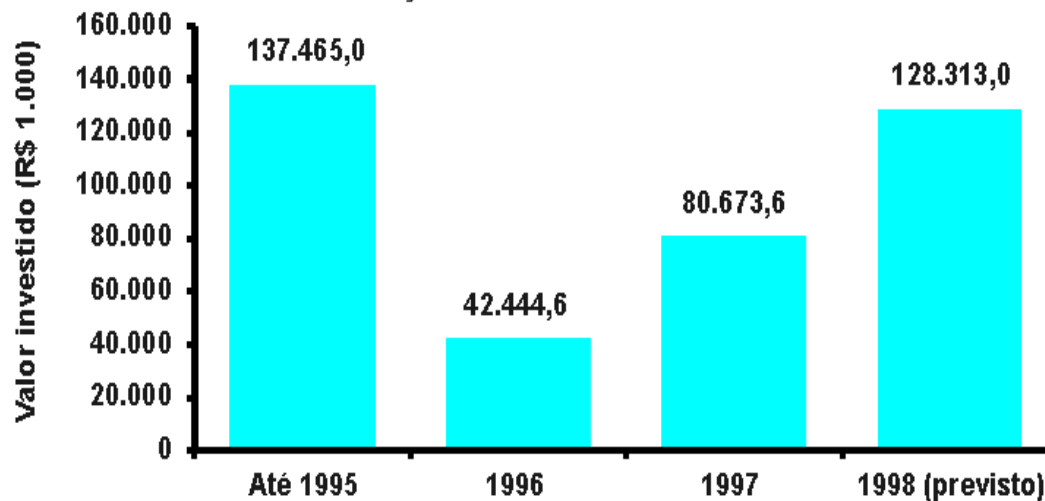
Barragens no Nordeste



Fontes: MMA/SRH/DNOCS/Codevasf/Governos Estaduais

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM ADUTORAS NO NORDESTE

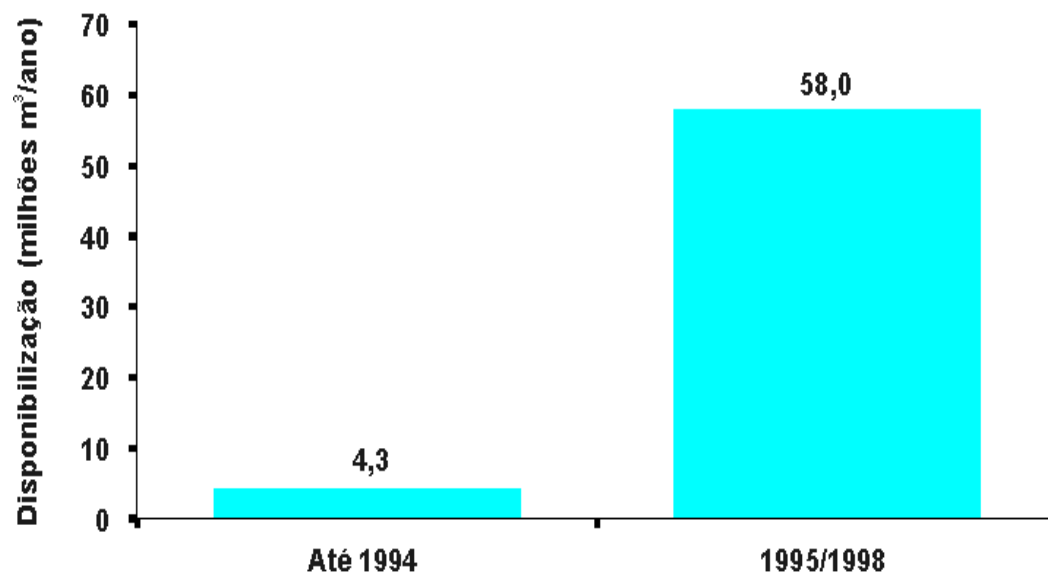
Disponibilização de 300 milhões de m³/ano
construção de 1.300 km de adutoras



Fonte: MMA

DISPONIBILIZAÇÃO DE ÁGUA - PROJETO ÁGUA BOA

Dessalinização no Nordeste



Fontes: MMA/SRH/DNOCS/Codevasf/Governos Estaduais

[Publicações](#)

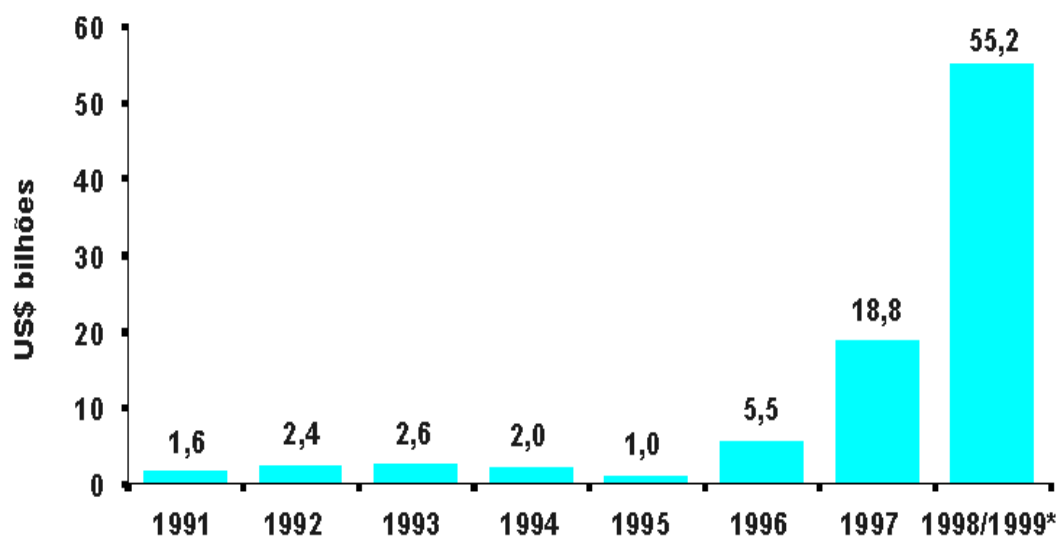
[Sumário](#)

[Programa de Privatização](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO

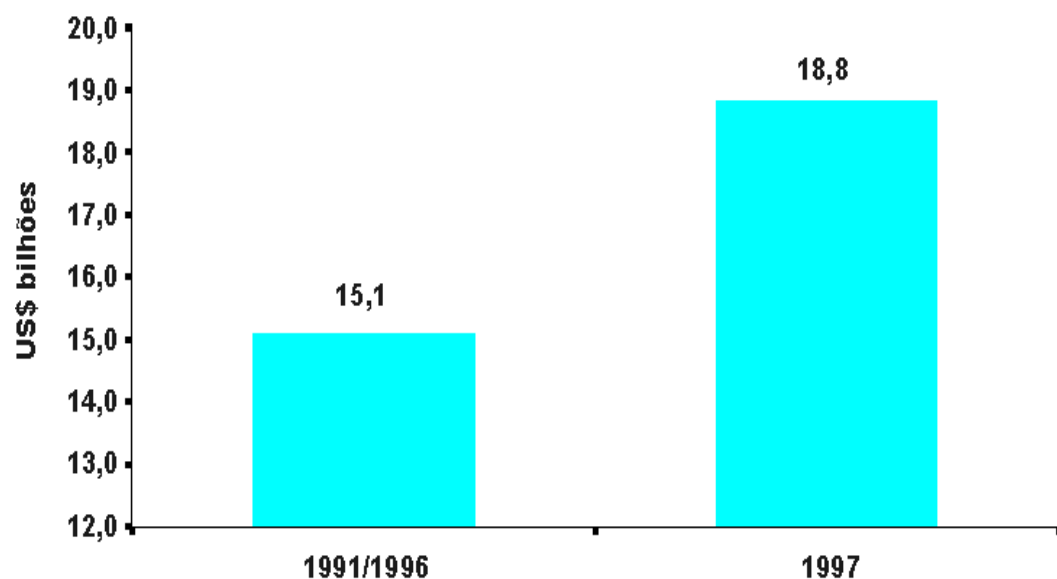
RESULTADOS ANUAIS DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO (1991-1999)



* 1998-1999 - previsão

Fonte: MPO

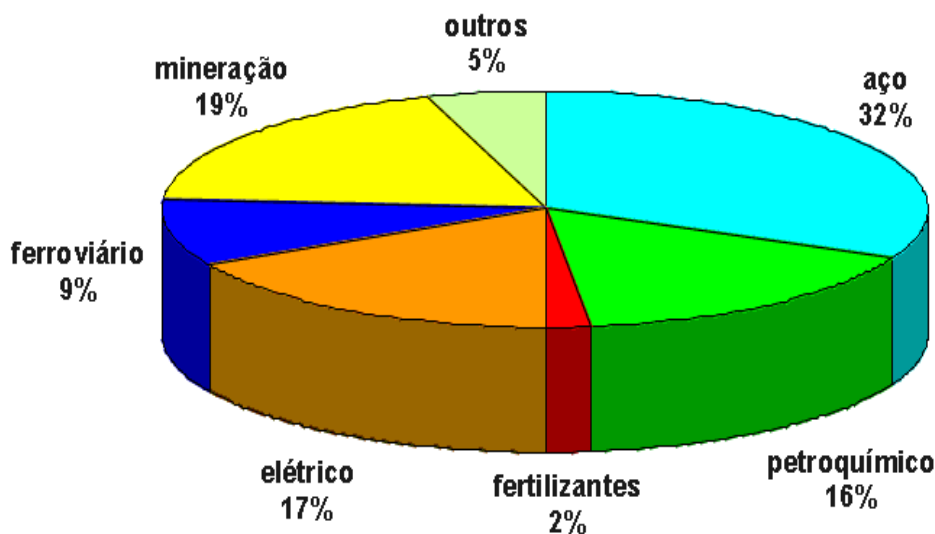
RESULTADOS AGREGADOS DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO



Fonte: MPO

PRIVATIZAÇÃO FEDERAL - 1991/1997

por setor



Fonte: MPO

PROGRAMA NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO 1991/1998 (em US\$ milhões)

	Antes do Plano Real	Depois do Plano Real	Total (*)
Setores Produtivos	11.889	8.931	20.820
Aço	7.484	703	8.187
Petroquímico	2.908	794	3.702
Fertilizantes	493	-	493
Mineração	-	6.864	6.864
Outros	1.004	570	1.574
Infra-estrutura e Serviços Públicos	-	13.254	13.254
Ferroviário	-	1.491	1.491
Elétrico	-	3.735	3.735
Tele Banda B	-	7.544	7.544
Outros	-	484	484
Subtotal	11.889	22.185	34.074
Privatizações Eetaduais	-	21.396	21.396
Total	11.889	43.581	55.470

* inclui Resultado da Venda e Dívida Transferida
Fonte: BNDES

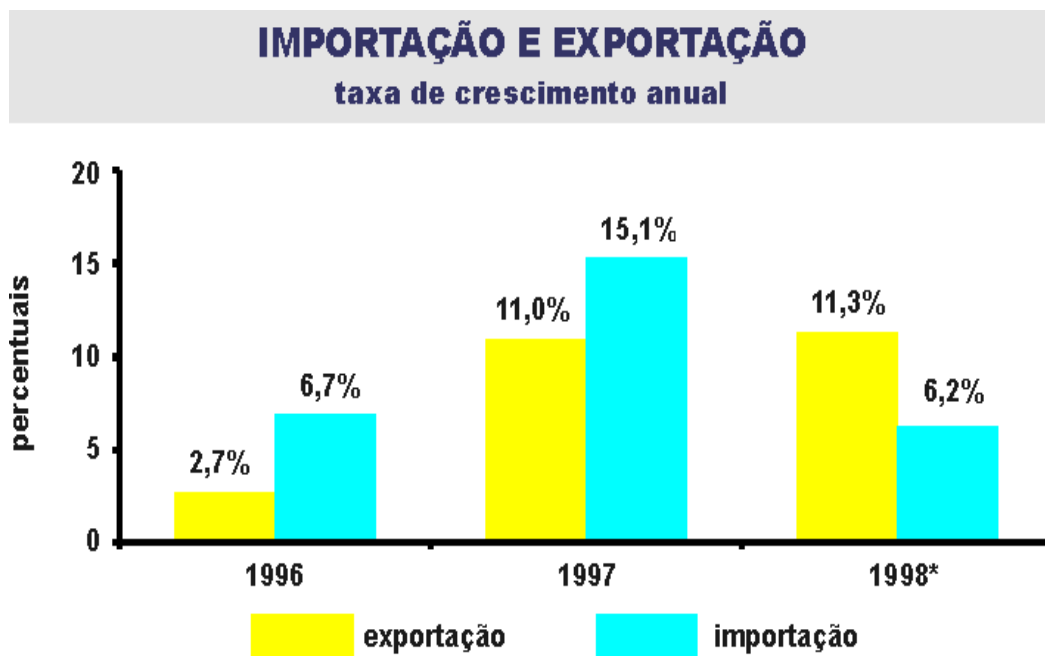
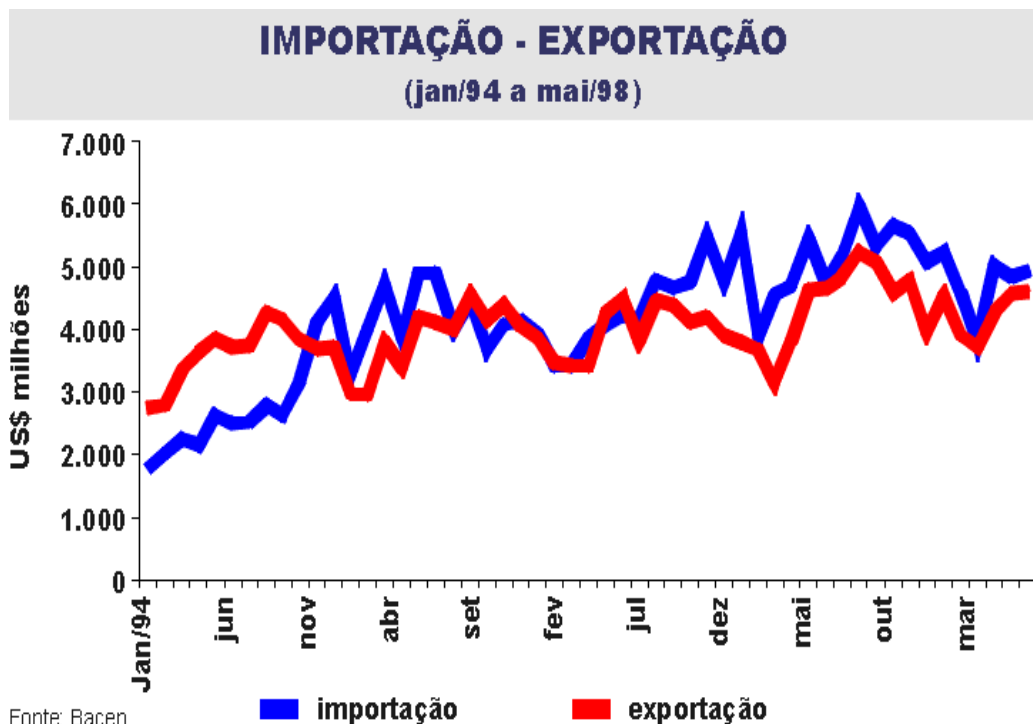
[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Setor Externo](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

SETOR EXTERNO



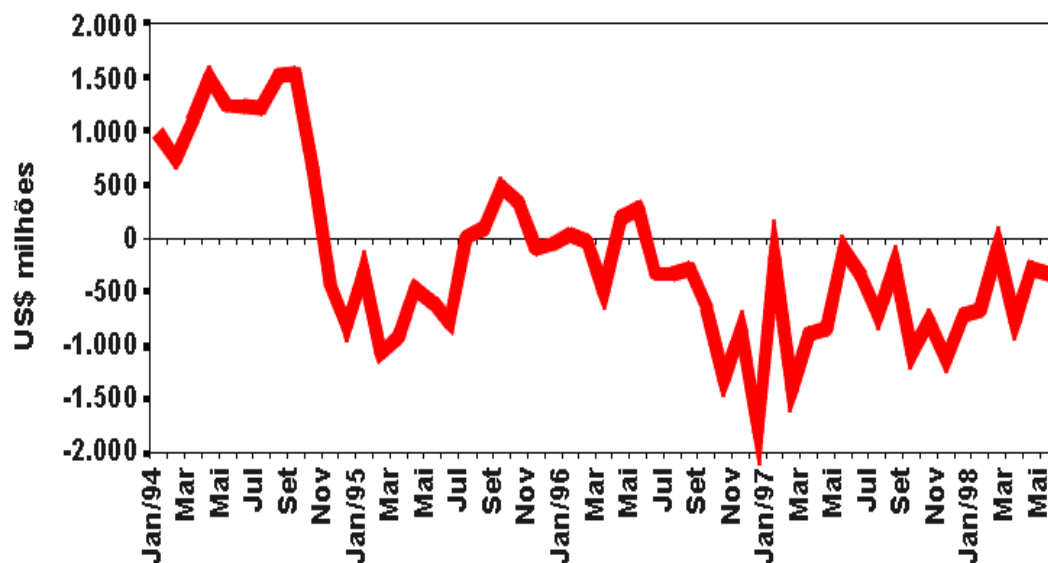
(*) Variação acumulada em 12 meses até maio/98.
Fonte: MICT

Em 1998 o crescimento das exportações vem sendo superior ao das importações, revertendo a tendência do período anterior (1994/97). Em maio, a variação acumulada em 12 meses das exportações atingiu 11,3% contra 6,2% das importações.

É importante notar que o crescimento acumulado em 12 meses das exportações de produtos manufaturados alcançou 16% em abril de 1998.

BALANÇA COMERCIAL

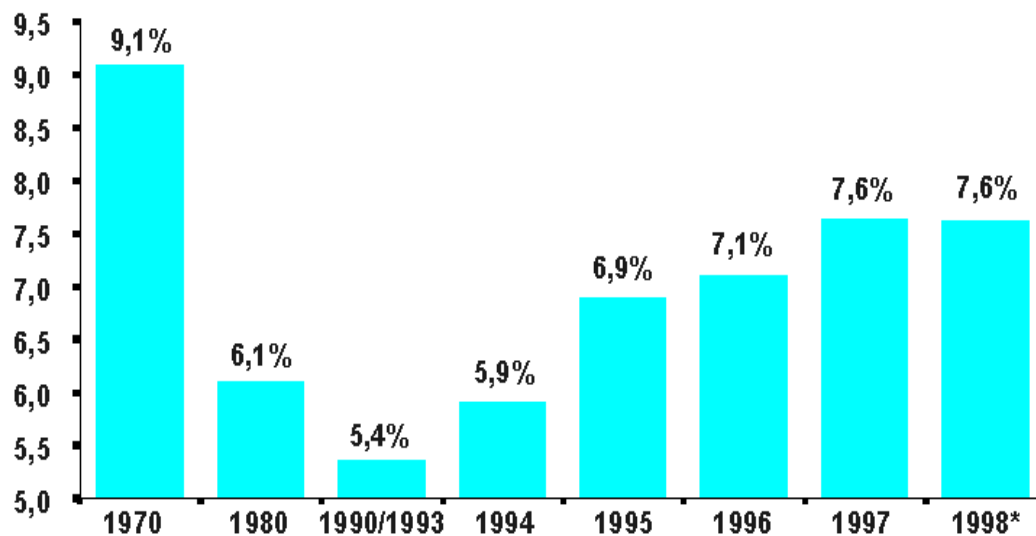
(jan/94 a mai/98)



Fonte: Bacen

IMPORTAÇÃO

(% do PIB)

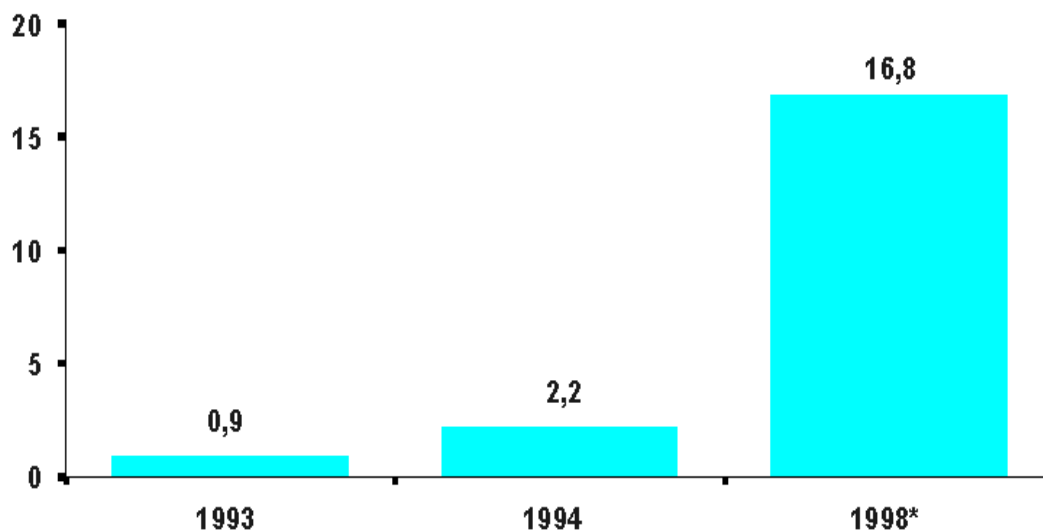


(*) Abril, acumulado em 12 meses

Fonte: Bacen

INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS LÍQUIDOS

Fluxos acumulados no ano - US\$ bilhões

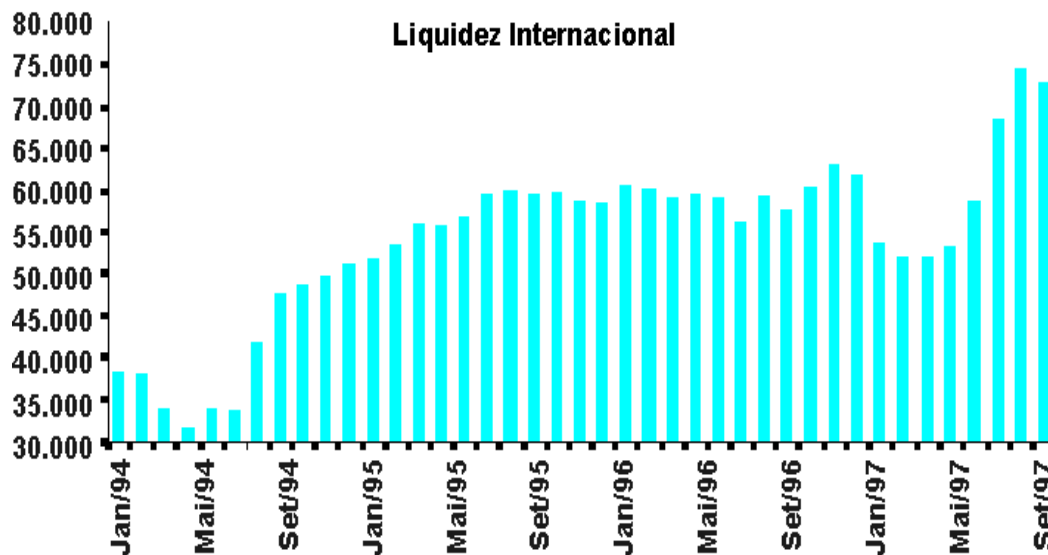


(*) Abril, acumulado em 12 meses

Fonte: Bacen

RESERVAS INTERNACIONAIS

(em US\$ milhões)



Fonte: BACEN

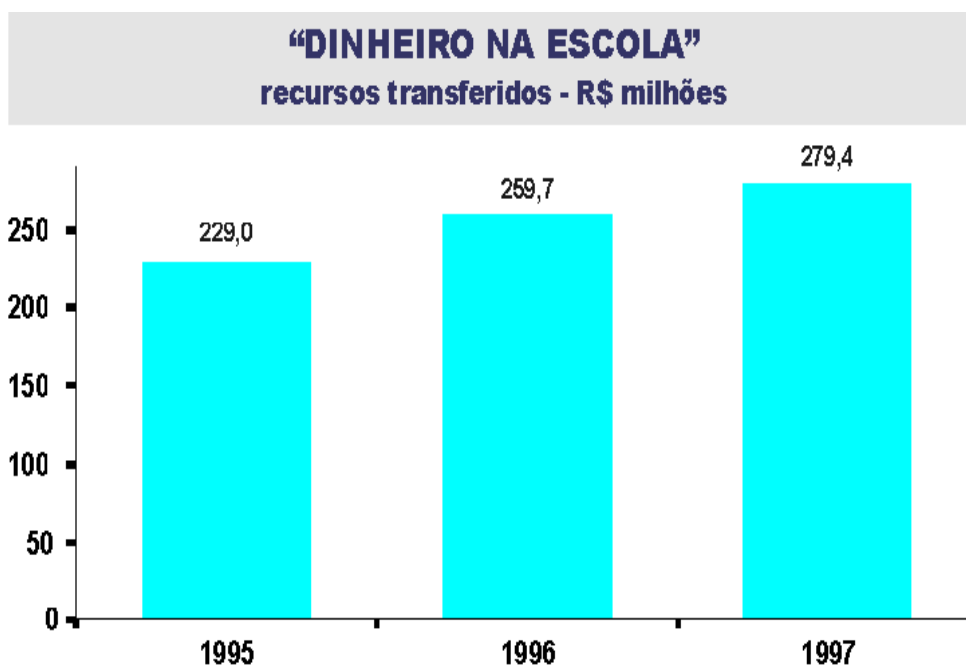
O nível das reservas internacionais em abril de 1998 era de US\$ 74,7 bilhões.

As reservas internacionais eram, em maio de 1998, US\$ 30 bilhões mais altas que em junho de 1994, correspondendo a um aumento de 70%.

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

EDUCAÇÃO

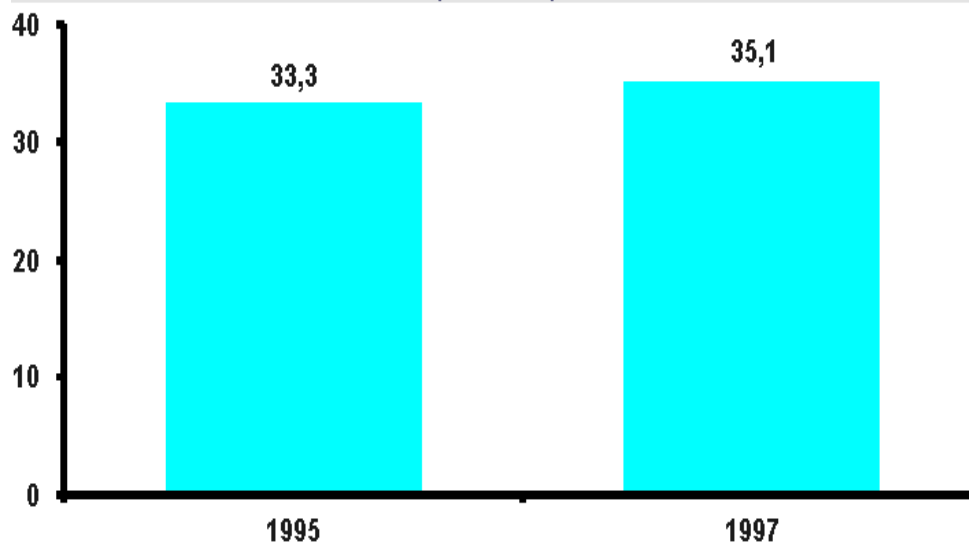
TODA CRIANÇA NA ESCOLA SEMANA NACIONAL DE MATRÍCULA - 7 A 14.02.98	
	Nº de matrículas
BRASIL	735.147
Norte	96.115
Nordeste	426.234
Sudeste	93.300
Sul	70.249
Centro-Oeste	49.249



Fonte: PMDE/FNDE/MEC

MERENDA ESCOLAR

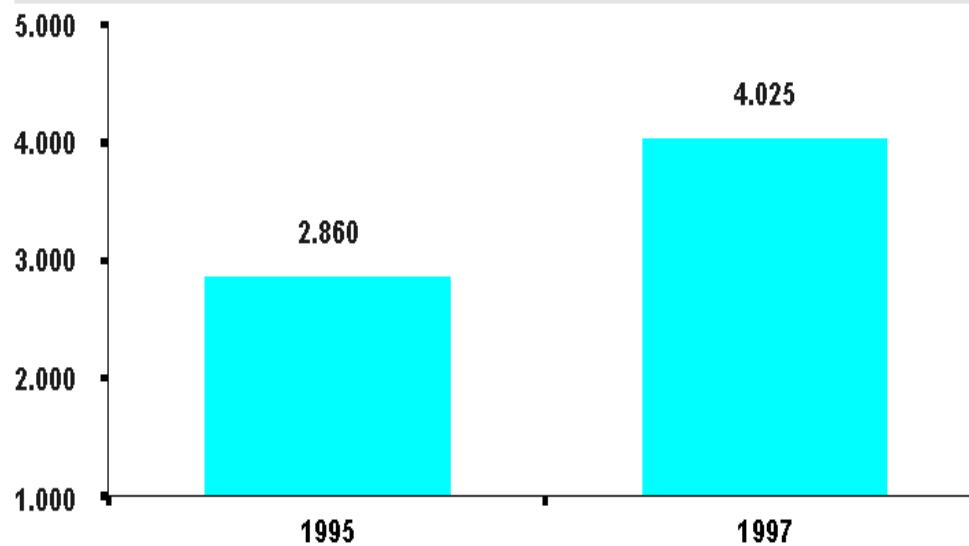
**nº de alunos atendidos
(milhões)**



Fonte: FNDE/MEC

MERENDA ESCOLAR

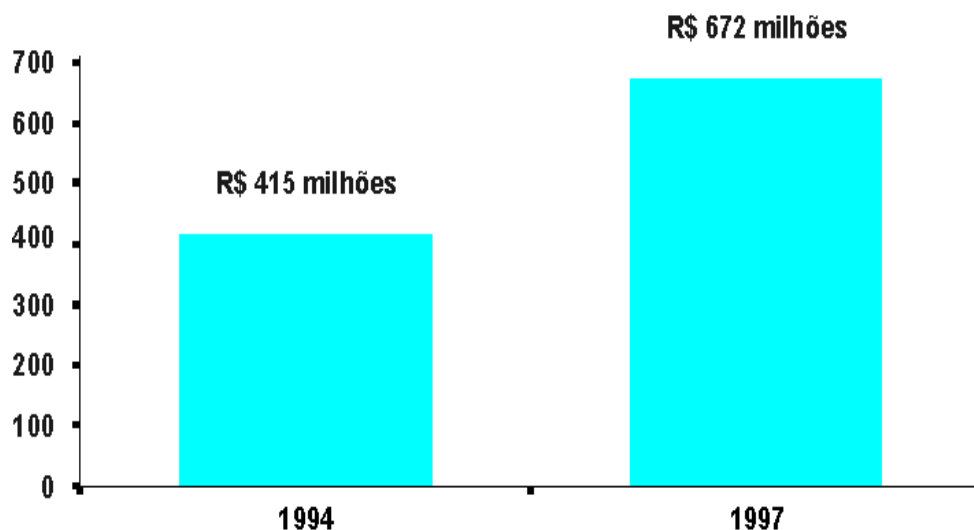
municípios atendidos de forma descentralizada



Fonte: FNDE/MEC

MERENDA ESCOLAR

recursos aplicados



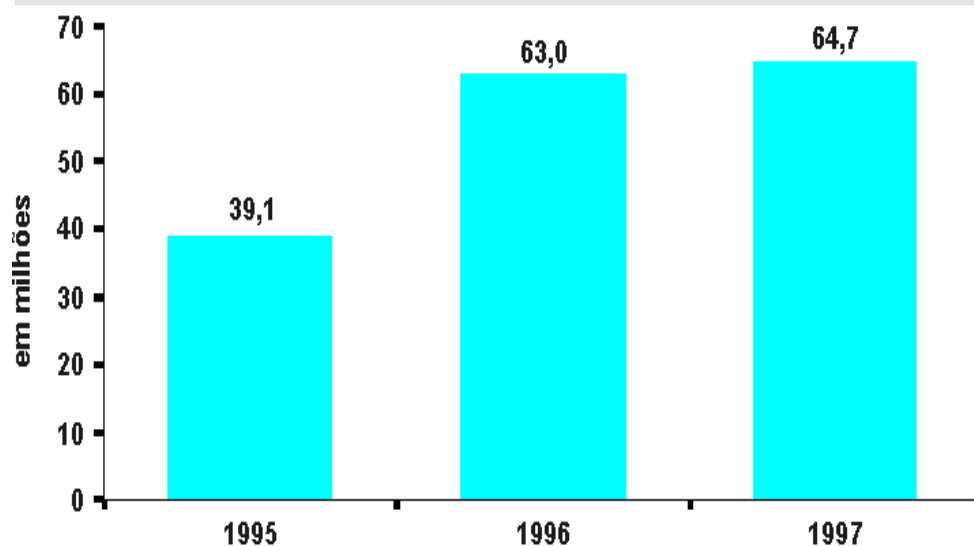
Fonte: FNDE/MEC

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - TV ESCOLA (PROGRAMA DE APOIO TECNOLÓGICO) - 1997

Escolas atendidas	34.249
alunos beneficiados	19,3 milhões
valor transferido (R\$)	51,3 milhões

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

nº de livros distribuídos

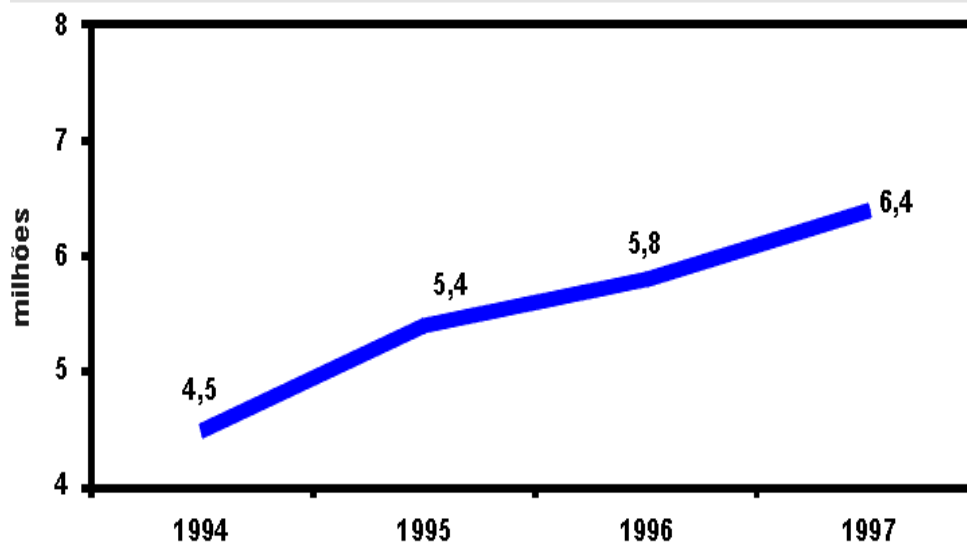


Fonte: FNDE/MEC

ENSINO DE 2º GRAU

matrícula inicial

Brasil



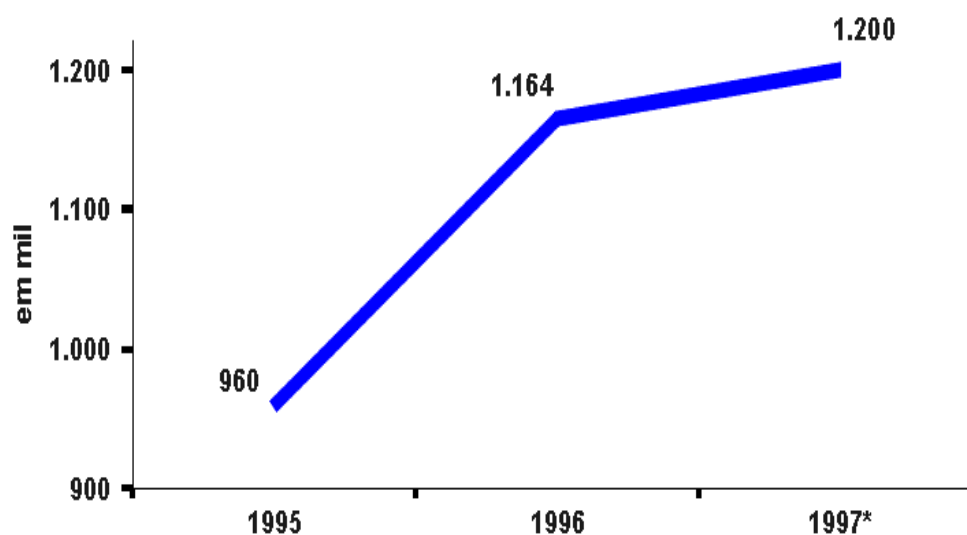
Fonte: MEC/INEP/SEEC

No período de 1994/97 a matrícula no ensino de 2º grau cresceu 42%. Este movimento se explica tanto pela melhoria do ensino de 1º grau, quanto pela mobilização da sociedade pela educação.

ENSINO DE 2º GRAU

nº de concluintes

Brasil



* estimativa

Fonte: MEC/INEP/SEEC

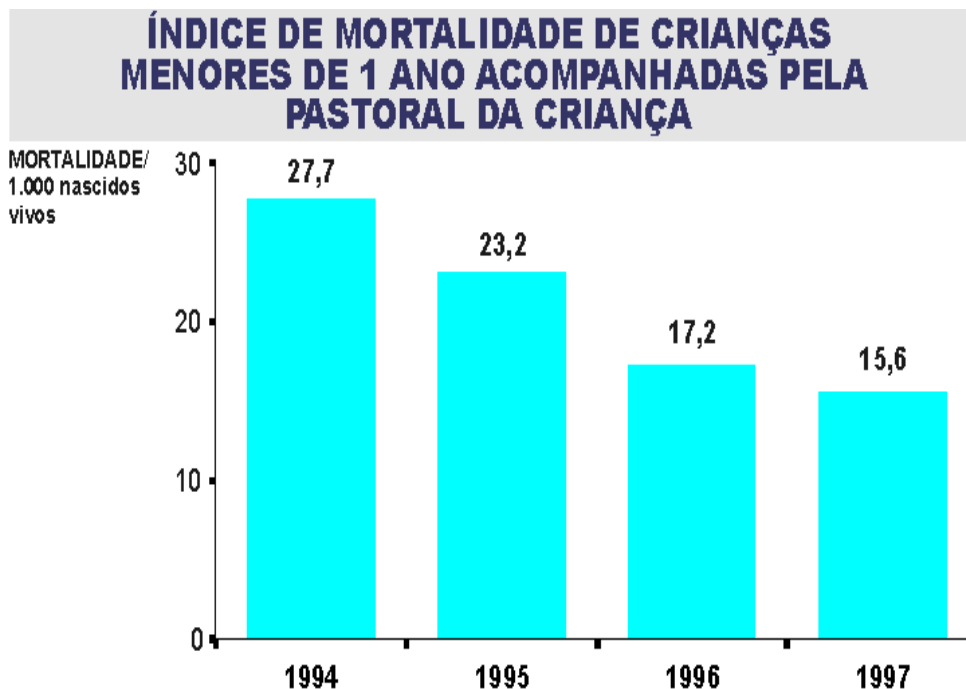
[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Saúde](#)

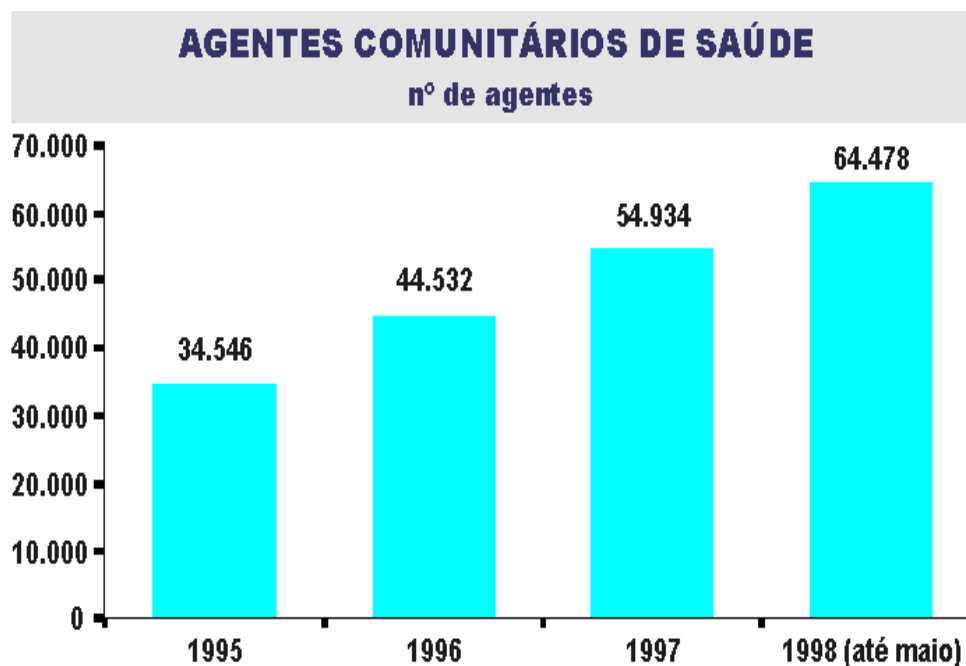
REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

SAÚDE



Fonte: Pastoral da Criança

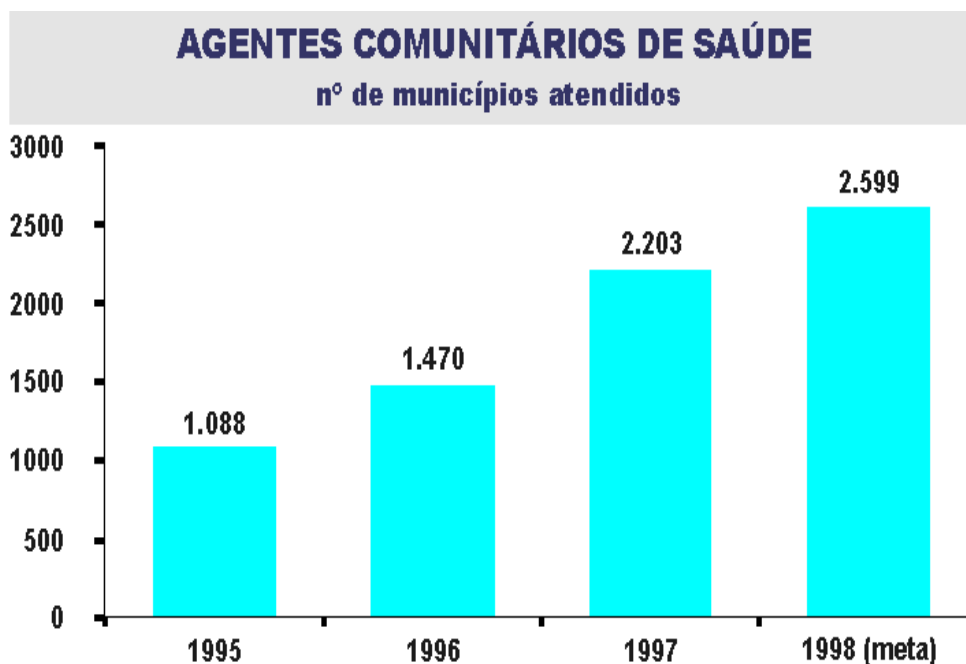
A taxa de mortalidade infantil, registrada nas 26.546 comunidades carentes situadas em 2.892 municípios com acompanhamento pela Pastoral da Criança, reduziu-se 44% entre os anos de 1994 e 1997. Redução igualmente substancial ocorreu nos municípios onde operam os agentes comunitários de saúde.



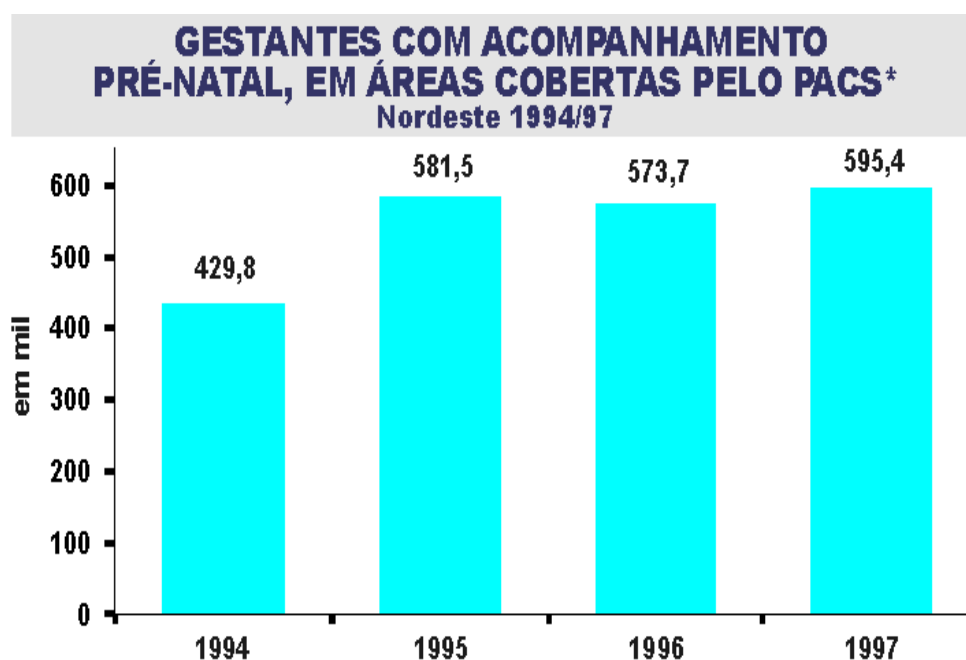
Fonte: COSAC/MS

O aumento de 87% do número de agentes comunitários de saúde nos últimos 3 anos, até maio de 1998, possibilitou o atendimento a 35,5 milhões de brasileiros. Nas áreas cobertas por este programa, verificou-se

igualmente uma queda substancial da mortalidade infantil.



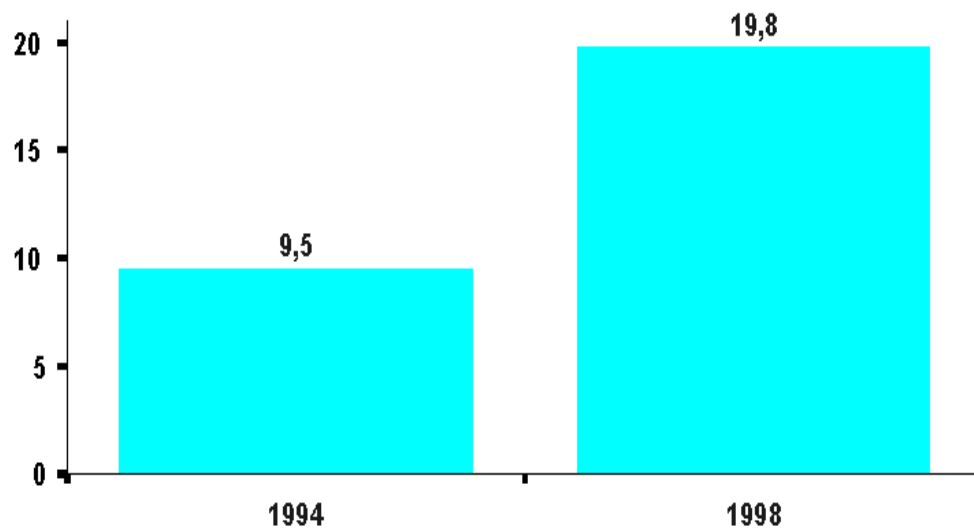
Fonte: COSAC/MS



* Programa de Agentes Comunitários de Saúde
Fonte: COSAC/SAS/MS

ORÇAMENTO TOTAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

R\$ bilhões



Fonte: Ministério da Saúde

O orçamento total do Ministério da Saúde duplicou entre 1994 e 1998. O gasto per capita em saúde passou de R\$ 61,80, em 1994 para R\$ 122,70, em 1998.

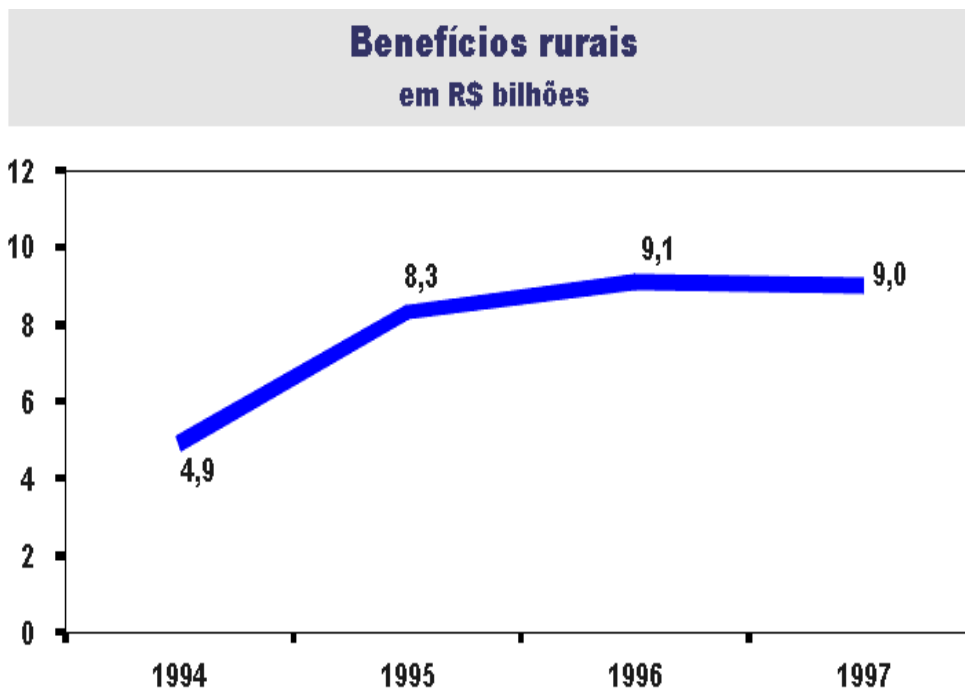
[Publicações](#)

[Sumário](#)

[Previdência Social](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

PREVIDÊNCIA SOCIAL



Fonte: INSS

As aposentadorias no meio rural constituem verdadeiro programa de renda mínima, pois são concedidas sem a correspondente contribuição. De 1994 a 1997, o valor das aposentadorias rurais praticamente dobrou e atinge hoje R\$ 9 bilhões, beneficiando cerca de 6 milhões de pessoas.



Fonte: MPAS

Em 3 anos, o valor médio dos benefícios subiu de R\$ 184,00 para R\$ 218,00.



Em 1997, 674 mil idosos e deficientes receberam por mês 1 salário mínimo. Os recursos envolvidos no pagamento desse benefício chegaram a R\$ 813 milhões, contra R\$ 190 milhões em 1996 - um crescimento de mais de 300%.

[Publicações](#)

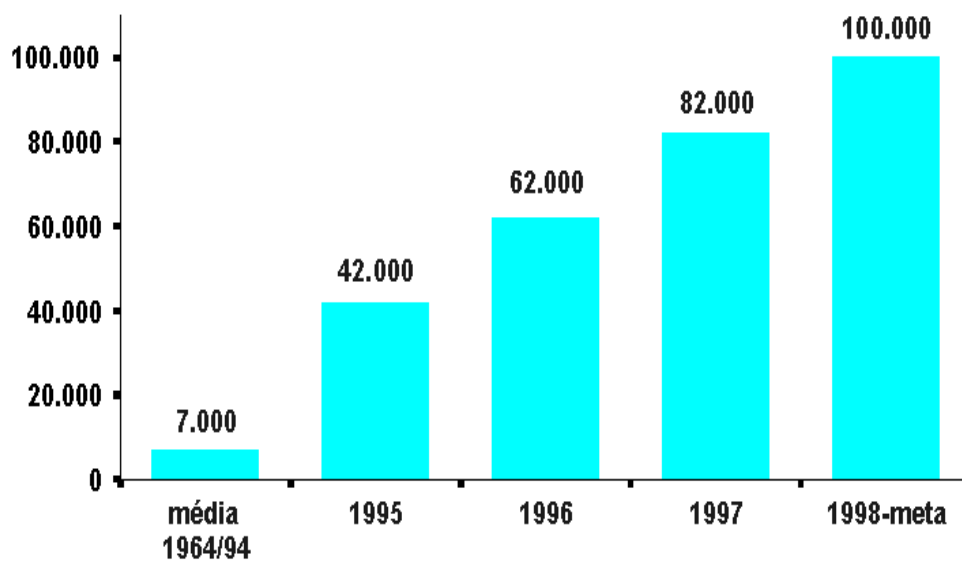
[Sumário](#)

[Reforma Agrária](#)

REAL: QUATRO ANOS QUE MUDARAM O BRASIL

REFORMA AGRÁRIA

EVOLUÇÃO DO Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS PELO PROGRAMA DE REFORMA AGRÁRIA



Fonte: Ministério Extraordinário de Política Fundiária

[Página Principal](#)

[SECOM](#)

[Publicações](#)

[Súmano](#)